

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LARISSA JUNKER CUNHA

**AFETOS E EMOÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO
SOBRE OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS PERCEPÇÕES
DE SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO MALDIVA (2010 – 2025)**

GOIÂNIA

2026

LARISSA JUNKER CUNHA

**AFETOS E EMOÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO
SOBRE OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS PERCEPÇÕES
DE SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO MALDIVA (2010 – 2025)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de
Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Wilton Dias Barbosa.

GOIÂNIA

2026

Cunha, Larissa. 2026.

Afetos e Emoções nas Relações Internacionais: Um Estudo sobre os Impactos das Mudanças Climáticas nas Percepções de Sobrevivência da População Maldiva (2010 – 2025) / Larissa Junker Cunha - Goiânia, 2026.

Total de folhas: 58 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Wilton Dias Barbosa.

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. Goiânia, 2026.

1. Ilhas Maldivas; 2. Diplomacia Emocional; 3. Mudanças Climáticas; 4. Segurança Ontológica; 5. Análise Crítica do Discurso. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. Afetos e Emoções nas Relações Internacionais: Um Estudo sobre os Impactos das Mudanças Climáticas nas Percepções de Sobrevivência da População Maldiva (2010 – 2025).

FOLHA DE APROVAÇÃO

LARISSA JUNKER CUNHA

AFETOS E EMOÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE
OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS PERCEPÇÕES DE
SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO MALDIVA (2010 – 2025)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de
Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Wilton Dias Barbosa.

Aprovada em 09 de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wilton Dias Barbosa (Orientador – PUC Goiás)

Prof. Dr. Danilo Alarcon (PUC Goiás)

Prof. Me. Leonardo Ferreira Faria (Dalmass Institucional)

AGRADECIMENTOS

Quando minha mãe estava à procura de nomes para mim, ela encontrou um livro em que dizia que Larissa remetia a uma pessoa “cheia de alegria”. Desde então, busco fazer jus a esse significado, que para mim, representa a melhor emoção existente.

Durante a graduação em Relações Internacionais, pude evoluir como ser humano e vivenciar dias repletos de alegria. Quero agradecer ao corpo estudantil da PUC Goiás e, em especial, aos professores Danillo e Wilton, profissionais que refletem o caminho que desejo trilhar no mercado de trabalho. Expresso também minha gratidão aos meus grandes amigos: Ada, Alice, Gabriela, Maria Fernanda, Mateus, Sofia, Tiffany e Thiago. Com todas as nossas divergências, nos encontramos e permanecemos.

À minha família, dedico um agradecimento profundo. Obrigada, mamãe e papai, por me darem a vida, amo vocês com todo o meu coração. Obrigada, vovó Rosa, por sempre pisar em nossas serpentes e colocar Nossa Senhora em nossas frentes. Obrigada, vovô Adão, pela bondade que carrega e emana sobre todos nós. Agradeço aos meus tios, em especial à tia Tícia, por me amparar nos primeiros passos da vida adulta. Obrigada, vovó Elsa e vovô Tuira, o simples pensamento em seus nomes me traz uma paz instantânea. Aos meus irmãos, Pedro Henrique e Alice, vocês desenharam um propósito central em minha jornada: ser a melhor irmã mais velha que posso ser. Desejo que a união que compartilhamos permaneça por toda a nossa caminhada.

Por fim, agradeço ao meu melhor amigo e grande amor, Pedro, e à sua família, que me acolheu como filha. Obrigada por tudo, especialmente pelas risadas.

Todos vocês são minhas estrelas-guia: basta olhar para o céu para saber onde me encontrar.

Aos que não foram explicitamente mencionados, estendo meus agradecimentos com afeto e carinho.

RESUMO

As Ilhas Maldivas são reconhecidas como um dos espaços de atol mais vulneráveis diante das mudanças climáticas devido à sua baixa altitude geofísica. Estudos empíricos indicam que, no nível comunitário, as intenções contemporâneas de migração são ditadas por fatores socioeconômicos e pela centralização urbana na capital Malé. Esse cenário cria um paradoxo que exige do Estado a articulação de uma sofisticada diplomacia de sobrevivência. Este trabalho analisa de quais formas os discursos das lideranças das Ilhas Maldivas mobilizam afetos e emoções para configurar estratégias de sobrevivência estatal e atrair solidariedade na governança climática global entre 2010 e 2025. Utilizo a Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough e o arcabouço teórico da virada afetiva nas Relações Internacionais. Com foco nas emoções corporativas e na segurança ontológica, a pesquisa demonstra que o Estado maldivo transmuta sua fragilidade física em capital político e moral. Ao projetar o medo, o luto antecipado e a indignação nas Conferências das Partes, as lideranças transformam dados científicos em um imperativo moral de engajamento no sistema internacional. Conclui-se que essa gestão afetiva legitima o financiamento de territórios planejados e intervenções estruturais de engenharia costeira, assegurando a continuidade institucional e a preservação da identidade nacional frente à ameaça de desterritorialização física.

Palavras-chave: Ilhas Maldivas; Diplomacia Emocional; Mudanças Climáticas; Segurança Ontológica; Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

The Maldives are recognized as one of the most vulnerable atoll areas in the face of climate change due to their low geophysical altitude. Empirical studies indicate that, at the community level, contemporary migration intentions are dictated by socioeconomic factors and urban centralization in the capital, Malé. This scenario creates a paradox that demands the articulation of a sophisticated survival diplomacy from the State. This work analyzes how the discourses of Maldivian leaders mobilize affects and emotions to configure state survival strategies and attract solidarity in global climate governance between 2010 and 2025. I use Fairclough's Critical Discourse Analysis (CDA) and the theoretical framework of the affective turn in International Relations. Focusing on corporate emotions and ontological security, the research demonstrates that the Maldivian State transmutes its physical fragility into political and moral capital. By projecting fear, anticipatory grief, and indignation onto the Conferences of the Parties, leaders transform scientific data into a moral imperative for engagement in the international system. It is concluded that this affective management legitimizes the financing of planned territories and structural coastal engineering interventions, ensuring institutional continuity and the preservation of national identity in the face of the threat of physical deterritorialization.

Keywords: Maldives; Emotional Diplomacy; Climate Change; Ontological Security; Critical Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 AFETOS E EMOÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
1.1 O Estado como Ator Emocional: A teoria das emoções corporativas e a circulação afetiva	14
1.2 Segurança Ontológica e o Direito à Existência: Como o medo existencial molda a identidade nacional.....	19
2 O CASO DAS MALDIVAS: ENTRE A CIÊNCIA E O TRAUMA	25
2.1 Materialidade do Risco: Estratégias de adaptação	25
2.2 Mudanças climáticas e a gestão do medo: análise dos discursos maldivos nas COPs	31
3 DIPLOMACIA DE SOBREVIVÊNCIA: O AFETO COMO RECURSO DE PODER	39
3.1 Territórios Planejados e Resiliência: A engenharia como resposta à ansiedade coletiva e garantia de permanência.....	39
3.2 Limites da Governança: O hiato entre a solidariedade performática e as obrigações jurídicas internacionais.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	52

INTRODUÇÃO

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), com destaque para as nações de atol de baixa altitude como as Ilhas Maldivas, ocupam a linha de frente dos debates globais acerca da elevação do nível do mar e dos impactos antropogênicos do clima. Historicamente, tanto a literatura especializada quanto às projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) converge para a premissa de que a submersão geográfica desses territórios resultará inevitavelmente em fluxos migratórios massivos e na subsequente emergência de “refugiados climáticos”. Todavia, investigações contemporâneas revelam um paradoxo: as decisões e intenções migratórias efetivas da população maldiva ainda são predominantemente moldadas por vetores socioeconômicos tradicionais, relegando a premência ambiental a um plano secundário na conduta ordinária das comunidades. Essa distinção evidente entre o reconhecimento intelectual da crise ecológica – em um arquipélago cuja altitude média se limita a escassos 1,5 metros – e a permanência voluntária de seus habitantes em centros densamente urbanizados como Malé, ou no território planejado de Hulhumalé, expõe uma lacuna analítica central que as abordagens estritamente materialistas e racionalistas falham em decifrar.

Essa desconexão entre a iminência do colapso ecológico material e o comportamento psicossocial de permanência voluntária exige o reconhecimento de que as dinâmicas globais estão saturadas de significados afetivos. Conforme postula Calderón (2023), as relações contemporâneas entre atores soberanos e forças não estatais encontram-se impregnadas de cargas emocionais que redefinem os conceitos tradicionais de segurança e ética. Em um cenário globalizado e interconectado por redes de informação, a busca pela preservação identitária e pela continuidade existencial substituiu as antigas clivagens ideológicas como o verdadeiro motor da história. Sob essa perspectiva, o sofrimento de populações periféricas e o risco de apagamento civilizacional deixam de ser externalidades estatísticas e passam a figurar como arenas de disputa geopolítica, onde a vulnerabilidade e a resiliência são mediadas por fluxos afetivos contínuos.

A relevância das Maldivas repousa em sua condição de “termômetro” da governança climática global, antecipando os dilemas institucionais e soberanos que

tensionam o sistema internacional (SI). Contudo, o *mainstream* das Relações Internacionais (RI) tende a privilegiar variáveis econômicas restritas ou arranjos jurídicos formais, negligenciando a “virada afetiva” (*affective turn*). Para superar esse reducionismo, faz-se imperativo incorporar as distinções conceituais entre o afeto e a emoção na análise da dinâmica política mundial. O *afeto* é compreendido nesta pesquisa como uma força pré-cognitiva, dinâmica e essencialmente corpórea, constituída por fluxos intensivos de energia e sensações que circulam entre corpos, imagens e redes discursivas antes mesmo de serem processados pela racionalidade (DELEUZE; GUATTARI, 1987; MASSUMI, 2002). Por sua vez, a *emoção* representa a captura, a codificação social, a institucionalização e a nomeação linguística desses estados afetivos primários (AHMED, 2014; ROSS, 2014). É através da emoção que impulsos corporais brutos são convertidos em categorias inteligíveis e politicamente acionáveis – como o medo, a esperança, o luto antecipado e a indignação moral (HUTCHINSON; BLEIKER, 2014). Ao desconsiderar essa interface, a literatura convencional falha em como os estados afetivos da base populacional são refinados em emoções do Estado, funcionando como recursos diplomáticos estratégicos para salvaguardar a segurança ontológica, entendida aqui como a continuidade da narrativa, da autoidentidade e da integridade psicológica da nação diante da finitude geofísica.

A operacionalização dessa virada afetiva no plano internacional ganha contornos pragmáticos quando compreendida como uma ferramenta de compensação de assimetrias. Como demonstram McAvene e Kowert (2024), as performances emocionais de Estados materialmente desprovidos de poder militar ou econômico nas conferências multilaterais não constituem explosões sentimentais erráticas, mas seguem uma topografia estratégica planejada. Ao projetar de forma deliberada a sua vulnerabilidade extrema ou ao manifestar uma indignação ética contundente, nações insulares como as Maldivas conseguem constranger grandes potências, pautar arranjos normativos e transformar o luto antecipado em uma moeda de troca diplomática de alto impacto moral, e força o SI a reavaliar suas prioridades orçamentárias e jurídicas.

A presente investigação formula a seguinte pergunta de pesquisa central: *De quais formas e até que ponto os discursos das lideranças das Ilhas Maldivas configuram as estratégias de sobrevivência estatal e contribuem para fortalecer a governança climática global?* A hipótese defendida assume que os pronunciamentos oficiais maldivos operam uma diplomacia emocional sistemática, capaz de transmutar a fragilidade

material do território em influência política e capital moral nas arenas multilaterais. Ao projetar o risco de extinção biológica nas Conferências das Partes (COPs), o Estado ativa uma heurística afetiva nos atores internacionais, convertendo dados estatísticos e decimais científicos em um imperativo moral inadiável. Essa estratégia de constrangimento ético e contágio emocional assegura o suporte político e os fluxos fiduciários necessários para a execução de intervenções arrojadas de engenharia costeira e expansão territorial artificial. Desse modo, o discurso emocional garante a sobrevivência da estrutura estatal e a continuidade da identidade nacional, desafiando a premissa de que o desaparecimento da geografia original acarrete a extinção jurídica e social do país.

Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar a influência dos afetos e das emoções nas estratégias de política externa e de sobrevivência das Ilhas Maldivas diante das mudanças climáticas. De forma mais específica, a pesquisa busca: i) teorizar a intersecção entre afeto e emoção nas RI, mapeando como as emoções corporativas e a circulação afetiva conferem agência política a atores materialmente vulneráveis; ii) identificar as emoções predominantes nos discursos oficiais maldivos e decodificar como tais projeções buscam alterar a disposição e o julgamento ético de públicos e tomadores de decisão estrangeiros; iii) avaliar como a edificação de territórios planejados e espaços de engenharia atua como um anteparo psicológico voltado a mitigar a desesperança e o apagamento identitário da população local e; iv) investigar a eficácia da política de piedade e da indignação moral na mobilização da solidariedade internacional, evidenciando o hiato existente entre o acolhimento performático das grandes potências e as barreiras normativas do regime climático global.

A delimitação do recorte temporal desta pesquisa compreende o período de 2010 a 2025, escolha que se justifica por uma convergência direta entre a publicação dos principais relatórios de avaliação do IPCC (o Quinto Relatório em 2014 e o Sexto Relatório em 2021/2023) e os marcos políticos da governança climática global, que se estendem desde as negociações que antecederam o Acordo de Paris em 2015 até a realização da COP 30 em Belém em 2025. Esse intervalo de quinze anos amarra cronologicamente o agravamento dos diagnósticos científicos sobre a submersão das ilhas à transformação e maturação das estratégias discursivas das lideranças maldivas nas arenas multilaterais. Metodologicamente, a investigação adota uma abordagem qualitativa e interpretativista, amparada na Análise de Discurso Emocional a partir da

Análise Crítica do Discurso (ACD) proposta por Fairclough (2012). Para realizar essa análise na prática, Fairclough (2012) propõe que o analista operacionalize o método investigando o discurso como uma forma de prática social em uma relação dialética com as estruturas não discursivas. Isso significa que o texto não deve ser examinado de forma isolada, mas sim mapeando-se como as estruturas e relações de poder da sociedade moldam esse discurso e, simultaneamente, como o próprio discurso reage, constituindo e transformando a realidade social.

O autor preconiza uma operacionalização metodológica fundamentada em três movimentos analíticos interdependentes e indissociáveis: a descrição, a interpretação e a explicação. Essa estrutura tridimensional do método permite escrutinar a linguagem enquanto texto, mediante a descrição das escolhas linguísticas, metáforas e vocabulários emocionais; enquanto prática discursiva, por meio da interpretação dos processos de produção, circulação e recepção dessas performances nas COPs; e enquanto prática social, através da explicação dos impactos macroestruturais dessas narrativas na disputa por poder, recursos e reconhecimento soberano. Demonstra-se, assim, que as escolhas discursivas das lideranças Maldivas não constituem mera retórica ornamental, mas uma prática social deliberada que visa redefinir as estruturas de poder globais. Os achados desta pesquisa devem ser lidos, portanto, a partir de uma dupla dinâmica que costura os níveis micro e macro da política mundial: uma dimensão interna, encarregada de processar as afeições, a estabilidade psicológica e a coesão do corpo social insular, e uma dimensão externa, continuamente tensionada pelas realidades geofísicas do clima e pelas barreiras materiais da governança global.

Para conferir inteligibilidade e rigor metodológico à consecução dos objetivos propostos, o presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos principais, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo dedico ao mapeamento epistemológico da “virada afetiva” nas RI, estabelecendo as distinções conceituais entre afeto e emoção, além de discutir como o sofrimento distal e a segurança ontológica atuam como forças moldadoras da conduta dos Estados. No segundo capítulo, debruço sobre a materialidade do risco geofísico nas Maldivas, em que analiso a evolução cronológica e tridimensional de seus discursos emocionais nas COPs e o papel da engenharia costeira como anteparo psicológico coletivo. No terceiro capítulo, investigo como a diplomacia de sobrevivência confronta o acúmulo de capital do arquipélago com limites normativos

da governança climática e o surgimento da solidariedade performática por parte das potências globais.

As considerações finais deste estudo apontam que a agência política de Estados materialmente vulneráveis no SI pode ser ampliada por meio da mobilização estratégica de economias afetivas. Aponto que a evolução do discurso maldivo abandonou a “passividade” da política de piedade do início da década de 2010 para assumir uma postura de “alto controle” baseada no orgulho técnico e no conceito de soberania pós-territorial a partir de meados de 2023. O trabalho conclui-se que, perante o hiato e as barreiras burocráticas impostas pelas potências para evitar obrigações jurídicas vinculantes, os macroprojetos de reengenharia territorial, como a ilha artificial de Hulhumalé, operam primariamente como garantidores da estabilidade psicossocial e da preservação da “fantasia da nação”. Assim, quando o território biofísico original se encerra diante do oceano, a soberania maldiva encontra continuidade e refúgio na integridade de sua narrativa identitária que exerce no SI.

1 AFETOS E EMOÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A inserção das emoções no estudo das RI representa um deslocamento epistemológico que desafia a hegemonia do racionalismo. Esta “virada afetiva” propõe que a análise da política internacional seria incompleta ao ignorar as forças imateriais que orientam a percepção e a conduta dos Estados. No cenário das mudanças climáticas, onde o risco existencial é constante, o afeto deixa de ser um elemento secundário para se tornar uma preocupação da sociedade na sobrevivência do Estado. Dessa forma, a inclusão das emoções na análise das RI não visa substituir a racionalidade, mas sim humanizá-la. Para estruturar essa mudança de paradigma, neste capítulo delimito a distinção analítica entre o afeto – entendido como a força pré-cognitiva, corpórea e intensiva que circula intersubjetivamente entre redes e discursos – e a emoção, que constitui a captura, a codificação social e a nomeação linguística desse fluxo sensorial em categorias politicamente acionáveis (AHMED, 2014; ROSS, 2014). No cenário das mudanças climáticas, onde o risco existencial é uma constante que tensiona as fraturas do sistema global, o afeto assume o núcleo das preocupações sistêmicas, transmutando-se em emoções corporativas que redefinem a própria sobrevivência do Estado.

1.1 O Estado como Ator Emocional: A teoria das emoções corporativas e a circulação afetiva

Historicamente, as teorias do *mainstream* tratam o Estado como um ator racional e calculista, cujas decisões seriam imunes a estados afetivos. Entretanto, a literatura contemporânea propõe que o Estado pode ser compreendido como um sujeito emocional. Mercer (2014) estabelece um pilar fundamental para esta discussão ao teorizar sobre as emoções corporativas. Para o autor, as emoções não residem apenas em cérebros individuais, mas são propriedades de grupos sociais e identidades coletivas. O Estado, enquanto instituição que agrega uma identidade nacional, compartilha sentimentos que se tornam parte de sua própria ontologia política (MERCER, 2014). O autor propõe três vias analíticas para compreender como essas emoções pautam o comportamento estatal: a primeira assume o Estado como um ator unitário que projeta uma voz única; a segunda foca na psique individual dos líderes como representantes soberanos; e a terceira – a mais

robusta para a teoria das RI – compreende o Estado como um grupo social complexo. Nesta última, as práticas cognitivas e emocionais dos tomadores de decisões não são isoladas, mas sim uma representação e reflexo do sentimento coletivo (MERCER, 2014).

Wendt (2004) coloca o Estado como um supra organismo que possui consciência coletiva e é capaz de experimentar emoções pelo fato de que seus governantes, funcionários públicos e os próprios cidadãos são indivíduos portadores de emoções que fazem parte da estrutura estatal e constituem, em si, as emoções e a cultura estratégica do Estado, que os permitem se tornar algo a mais do que uma agregação: há a possibilidade de conexão entre o indivíduo e o Estado, no qual o mesmo se torna uma entidade inteira e personificada, como um ator distinto e intencional. Hutchinson (2019) afirma que a base de nossas emoções está localizada em nossos corpos (físicos), e por isso, são o próprio local da política. Neles, há a performance das subjetividades políticas, lealdades, vínculos e resistências. A autora afirma que os corpos podem criar e transformar significados por agir dentro e sobre o seu ambiente, além de possuírem capacidades de agência, que resistem ao poder e o transformam ao remodelar suas perspectivas, prioridades, valores e normas sociais e políticas. As emoções, em princípio as sentidas em resposta ao testemunho de um trauma, são moldadas pelos discursos políticos dominantes e pelos interesses que estão a eles associados (HUTCHINSON, 2019).

Essa personificação intersubjetiva do ente estatal ganha densidade com a contribuição de Faizullaev (2006), ao esclarecer que, quando os sujeitos se identificam psicologicamente com o Estado enquanto ator intencional, o “eu” dessa instituição emerge na consciência individual como parte integrante do esquema do próprio *self*. Sob a mesma ótica, Steele (2007) argumenta que os indivíduos expressam e sentem as emoções institucionais justamente porque habitam e operacionalizam a sua estrutura de poder, assumindo papéis específicos – como governantes, diplomatas ou cidadãos – que canalizam as ansiedades soberanas. Longe de ser uma abstração vazia, as emoções do Estado decorrem dessa profundidade entre a psique do sujeito e a sobrevivência da coletividade, conferindo ao aparato estatal uma agência passional que se manifesta diretamente em suas diretrizes de política externa. Ao analisar o Estado sob a perspectiva de grupo, Mercer (2014) permite uma investigação profunda sobre o sentimento de pertencimento que vincula cidadãos e governantes. O autor introduz o conceito de emoção prototípica: um processo pelo qual a identidade do grupo é incorporada ao “eu” individual, o que faz com que as emoções dos membros se tornem um padrão coletivo.

Esta distinção evita que as emoções estatais sejam tratadas como meras metáforas ou generalizações psicológicas errôneas. Dessa forma, embora as decisões formais sejam proferidas por lideranças políticas, elas estão profundamente ancoradas no tecido social da população. Os tomadores de decisão, enquanto membros integrantes desse corpo social, possuem uma propensão natural a se identificarem de forma visceral com o grupo que representam. Esta identificação mútua significa que o líder não atua apenas em nome do grupo, mas como o próprio grupo, sendo afetado pelas mesmas ansiedades e aspirações que circulam na base social (MERCER, 2014).

Complementando essa visão, Hutchinson e Bleiker (2014) introduzem o conceito de circulação afetiva. Para os autores, os afetos não são estados estáticos, mas fluxos que se movem entre corpos, discursos e redes. Com base na premissa de que estudar o processo das emoções individuais se tornam coletivas e políticas, essa circulação cria dimensões coletivas que precedem e moldam a ação e reação política no SI (HUTCHINSON; BLEIKER, 2014). Embora o Estado opere emocionalmente, a execução dessa política passa por indivíduos, os autores afirmam que existem abordagens micro e macro emocionais e mostram que as decisões e julgamentos são atribuídos às emoções. Na busca por sua homogeneização, os micros estudos investigam como emoções específicas funcionam em circunstâncias específicas, e partem do isolamento e da examinação do significado político de certas emoções que moldam comportamentos e fenômenos políticos concretos (HUTCHINSON; BLEIKER, 2014). Ao tratar do Estado como um ator emocional, os autores ecoam a tese de Mercer (2014) sobre o papel das crenças comuns. Eles sustentam que, quanto mais as pessoas se associam a identidades ou crenças compartilhadas, mais provável é que compartilhem emoções, mesmo em um nível macro como o estatal. Isso explica por que um Estado pode “sentir” medo: ele é um grupo constituído por indivíduos que se identificam mutuamente de forma emocional e intersubjetiva (HUTCHINSON; BLEIKER, 2014).

Hutchinson e Bleiker (2014) também enfrentam o desafio da “corporificação” do Estado, uma dúvida comum no *mainstream*: se o Estado não possui um corpo físico, como pode ter emoções? A resposta compartilhada pelos autores é que as emoções estão incorporadas em forças discursivas e em atores que sentem e agem em nome da coletividade. Assim, o corpo do diplomata torna-se o veículo da emoção estatal, unindo a sensação física interna à representação externa da nação. Essa interconexão entre corpo, representação e poder é o que permite aos autores afirmar que os sentimentos são,

simultaneamente, internos e externos (HUTCHINSON; BLEIKER, 2014). Hermann (1984) argumenta que a estabilidade de um Estado no cenário internacional está intrinsecamente ligada à capacidade dos líderes de atentar ao contexto da decisão. Para a autora, esse contexto não é apenas uma moldura externa, mas uma junção complexa de aspectos econômicos, militares, ambientais e socioculturais que se fundem às percepções individuais e grupais sobre o problema enfrentado. Nesse sentido, a decisão política deixa de ser um cálculo técnico para se tornar um processo de interpretação mediado por valores profundos.

Para consolidar essa teorização e superar o ceticismo das correntes racionalistas, Hutchinson e Bleiker (2014) estruturam quatro desafios centrais que devem guiar a análise das paixões políticas na arena global: o rigor nas definições conceituais, a centralidade do corpo, os processos de representação e a mútua constituição entre emoção e poder. Longe de serem impulsos irracionais ou fenômenos puramente privados a serem mitigados, as emoções estão localizadas no âmago do raciocínio estratégico. Descobertas neurocientíficas contemporâneas corroboram essa abordagem híbrida ao evidenciar que os processos cognitivos de tomada de decisão e julgamento político são indissociáveis das percepções corporais e dos contextos socioculturais. Consequentemente, o estudo da política externa deve investigar de que maneira os afetos individuais ganham escala coletiva e se institucionalizam por meio de roteiros discursivos (*emotional scripts*), transformando o trauma compartilhado em uma força macroestrutural reguladora.

Hermann (1984) observa que a dissonância entre regiões geográficas cria uma barreira de empatia política; quando as condições de recursos vitais – como água e ar – diferem drasticamente entre os Estados e a obtenção de acordos internacionais torna-se árdua. O problema é frequentemente percebido como algo “distante”, pois o que é uma crise existencial em uma região pode não ser sequer um problema em outra, dificultando a convergência afetiva necessária para a cooperação global. Outro conceito fundamental introduzido pela autora é a “taxa de desconto social” (*social discount rate*). Esse fator de desconto é o que permite a uma sociedade comparar a importância das ações e recursos de hoje com os do futuro. Cada campo de valor cultural possui taxas distintas, pelas quais até mesmo a vida humana pode ser julgada em relação às prioridades sociais futuras. Em contextos de crises climáticas, a taxa de desconto social determina se um Estado agirá com urgência para proteger as gerações vindouras ou se priorizará a estabilidade econômica imediata, revelando o peso das emoções e valores na gestão do tempo político.

A interação entre essas taxas de desconto e os parâmetros culturais define o nível de relacionamento que uma nação estabelecerá com as outras. Hermann (1984) categoriza oito níveis de relacionamento que variam em intensidade e qualidade: desde a comunidade e compatibilidade, que exigem alta sintonia de valores, até o confronto e o conflito. A transição entre esses níveis depende da capacidade de compreensão mútua das subjetividades envolvidas, reforçando que a diplomacia é, em última análise, um exercício de alinhamento de filtros culturais e afetivos.

Ao aprofundar a dimensão sensorial dessa interpretação, Ross (2019) propõe a adoção de um empirismo radical no estudo das emoções em RI. Para o autor, o que torna as emoções distintas não é o fato de serem inobserváveis, mas sim de serem elementos sensoriais e vívidos da experiência humana que muitas vezes negligenciamos observar até que sejamos confrontados por uma razão epistemológica ou moral. Ross (2019) argumenta que a “experiência” deve ser compreendida de forma ampla, englobando as dimensões afetivas e estéticas que constituem a vida social, desafiando a resistência do *mainstream* em aceitar dados que não sejam puramente comportamentais. Nessa perspectiva, as emoções confundem as metodologias tradicionais das RI porque implicam aspectos da experiência – como a memória, a narrativa, a espiritualidade e a prática estética – que geralmente não são considerados dados empíricos confiáveis. Ross (2019) reconhece a preocupação de que os aspectos psicossociais dos sentimentos pareçam menos acessíveis do que o comportamento observável; entretanto, ele sustenta que ignorar essa dimensão vivida da vida social limita a compreensão da realidade política.

Para operacionalizar o estudo desses afetos, McAvene e Kowert (2024) propõem ferramentas para o mapeamento do terreno emocional da política externa. Através da análise de redes de discurso, é possível identificar padrões de sentimentos que se repetem e se institucionalizam. O mapeamento das comunicações internacionais revela que os discursos não são aleatórios, mas seguem uma topografia emocional planejada para maximizar a influência de um Estado que possui recursos materiais limitados (MCAVENE; KOWERT, 2024). Sob essa ótica, a articulação estruturada de variáveis como a orientação temporal, a valência do discurso e os níveis de controle percebidos passa a figurar como um verdadeiro multiplicador de forças na diplomacia multilateral. Essa abordagem permite decodificar como a projeção deliberada da vulnerabilidade deixa de ser retórica e passa a constituir ativamente a resistência no cenário internacional. Ao institucionalizar determinados roteiros emocionais (*emotional scripts*), o Estado

consegue transmutar o trauma coletivo e o risco existencial em uma moeda diplomática de alto impacto moral. Assim, a modelagem de redes de discurso evidencia que o apelo ao afeto funciona como uma ferramenta de poder produtivo, capaz de tensionar as assimetrias materiais do sistema e constranger atores hegemônicos, o que força o reconhecimento intersubjetivo de demandas éticas (MCAVENE; KOWERT, 2024).

É com base nessa topografia emocional tridimensional proposta por McAvene e Kowert (2024) que se torna viável decodificar as transformações cronológicas na diplomacia das Ilhas Maldivas ao longo das Conferências das Partes. O modelo analítico estruturado pelos autores oferece as lentes necessárias para interpretar a evolução do arquipélago através de três eixos fundamentais: a Orientação Temporal, o Eixo do Controle e a Valência Afetiva. Na primeira fase, que compreende as COPs ocorridas entre 2010 e 2015, os pronunciamentos oficiais maldivos operavam sob a lógica do Baixo Controle e da Valência Negativa, focando em uma temporalidade futura marcada pela angústia existencial e pelo medo iminente da extinção territorial absoluta. Entre os anos de 2017 e 2022, o discurso migra para o “trauma do sufocamento financeiro” e da traição sistêmica perpetrada pelas nações industrializadas, mantendo uma valência profundamente negativa e amparando-se nos dados do IPCC para denunciar uma injustiça moral distal. Por fim, no triênio de 2023 a 2025 (culminando nas COPs de Dubai e Belém), observa-se um deslocamento espetacular para o Alto Controle e uma Valência Positiva. Ao pautar as arenas multilaterais por meio da “engenharia da soberania” e da exibição de suas infraestruturas artificiais tecnologicamente planejadas, o Estado maldivo altera radicalmente sua postura psicológica: o clamor passivo pela piedade dá lugar à fortitude e ao orgulho técnico de um Estado que reivindica sua existência pós-territorial, demonstrando empiricamente como pequenas potências insulares manipulam filtros afetivos globais para assegurar sua sobrevivência política.

1.2 Segurança Ontológica e o Direito à Existência: Como o medo existencial molda a identidade nacional

A ameaça física do desaparecimento do território geográfico impõe um desafio que ultrapassa a segurança física tradicional. Kushout et. al (2017) trazem o desafio da segurança ontológica, que se refere à continuidade da autoidentidade e à capacidade de

manter uma narrativa coerente. Os autores propõem que a linguagem e as emoções se fundem para realizar o trabalho político de produção social, que permite uma compreensão abrangente dos efeitos afetivos em diferentes contextos. Sob essa ótica, os discursos não são meros instrumentos descritivos de relações sociais pré-existentes, mas sim elementos que constituem ativamente essas relações (KOSCHUT et al., 2017). Essa fusão entre linguagem e afeto ampara o que Koschut et al. (2017) conceituam como o “poder produtivo emocional”. Através da escolha minuciosa de termos, metáforas dramáticas e analogias viscerais nos plenários multilaterais, os discursos oficiais capturam os fluxos afetivos amorfos do corpo social e os codificam linguisticamente sob a forma de emoções estruturadas. Esse processo não visa apenas relatar passivamente uma crise biofísica, mas engajar intersubjetivamente o observador internacional. Ao traduzir o risco ecológico em categorias como o direito inalienável à existência e a integridade narrativa do Estado, o discurso opera um trabalho produtivo que reconstrói as próprias estruturas de poder, transformando a fragilidade material do sujeito vulnerável em um imperativo moral compulsório capaz de constranger o julgamento político global.

Essa construção discursiva da realidade é posta à prova pelo que Barnett e Adger (2003) definem como o limiar da periculosidade climática. Para os autores, a elevação do nível do mar e o aumento de eventos extremos colocam em risco a capacidade de habitação de longo prazo em atóis de baixa altitude, como as Maldivas. Quando um Estado soberano se torna efetivamente inabitável, confrontamos um desafio radical às normas internacionais de justiça e soberania, pois a base física necessária para a narrativa de continuidade da nação é diretamente ameaçada (BARNETT; ADGER, 2003). Diante dessa ameaça à integridade territorial, a mobilização internacional do Estado projeta-se por meio da “política de piedade” (*politics of pity*)¹, conforme delineada por Hutchison (2014). A autora argumenta que a representação pública do trauma e da vulnerabilidade partilhada possui o potencial de formar comunidades afetivas transnacionais, unindo

¹ O conceito de “política de piedade” (*politics of pity*) encontra suas raízes na filosofia política de Hannah Arendt, que estabeleceu a distinção entre compaixão (um sentimento direto e particular frente ao indivíduo) e piedade (um afeto generalizado e distante frente ao sofrimento de um coletivo). A formulação analítica contemporânea foi estruturada pelo sociólogo Luc Boltanski em sua obra *Distant Suffering: Morality, Media and Politics* (1999), que examina a relação assimétrica, moral e política entre o observador que se encontra em segurança e o sujeito vulnerável à distância. Na teoria das RI, o conceito é mobilizado por Hutchison para analisar como representações públicas de trauma e sofrimento são empregadas discursivamente para engajar atores externos e fomentar solidariedade transnacional.

atores políticos em torno de uma resposta moral a eventos catastróficos. O trauma, nessa perspectiva teórica, transcende o evento físico de destruição e atua reconfigurando percepções de solidariedade no SI (HUTCHINSON, 2014). A política de piedade opera na tensão entre o observador seguro e o sujeito que sofre e exige que a dor em nível local seja reconhecida no sistema. Essa estratégia converte o sofrimento físico iminente em um recurso político de engajamento e consolida a narrativa de vulnerabilidade como o eixo central de sua sobrevivência política.

A distinção entre afeto e emoção é fundamental para entender como eventos traumáticos ganham escala política. Para Koschut et al. (2017), enquanto o afeto é algo que acontece antes mesmo da consciência reflexiva, a emoção é o afeto capturado e dotado de significado dentro da linguagem. É o discurso que transforma uma sensação corpórea bruta em uma categoria política reconhecível, como o medo ou a indignação. Dessa forma, o discurso produz não apenas identidades, mas também efeitos emocionais que difundem e fortalecem essas identidades, tornando-as resilientes diante de crises externas, o que faz jus ao conceito de “poder produtivo emocional”, no qual há a análise de termos, metáforas e analogias emocionais (KOSCHUT ET. AL., 2017). Essa resiliência emocional é testada por vulnerabilidades físicas severas. Atóis² como as Maldivas possuem problemas ambientais comuns, como a alta densidade populacional e reservas de água restritas a lentes de água doce subterrâneas, facilmente contamináveis por salinização e resíduos (BARNETT; ADGER, 2003). A degradação da pesca artesanal e da agricultura devido ao estresse hídrico e térmico não gera apenas uma crise econômica, mas uma erosão dos meios de subsistência que sustentam a identidade do povo com sua terra. Consequentemente, a vulnerabilidade física atua como o motor primário do medo existencial que o discurso estatal tenta processar.

A resistência à ideia de desaparecimento é discutida por Soares (2023) através do conceito de fantasia da nação. A autora argumenta que a identidade nacional sobrevive através de narrativas de continuidade que resistem às evidências físicas de destruição. Essa fantasia não é um delírio, mas uma estrutura política necessária para se ter uma sensibilidade grupal coesa. Segundo Hook (2017), as fantasias são constitutivas de uma coletividade, funcionando como o enquadramento que organiza o desejo e a união de

² As Ilhas Maldivas são um arquipélago no Oceano Índico formado por 26 atóis naturais, que são extensas formações de corais em formato de anel com lagoas cristalinas no centro. Os atóis abrigam mais de 1.190 ilhas, criando o famoso santuário de luxo, praias paradisíacas e recifes repletos de vida marinha.

indivíduos que estariam desagregados. Dessa forma, os investimentos afetivos e o “amor à nação” não são abalados pelos sucessivos fracassos ou contradições do projeto nacional. Como observa Eberle (2017), a fantasia opera ao nível do desejo e não da consistência lógica, o que explica por que a iminência de um colapso físico – como o desaparecimento territorial – não desintegra imediatamente o sentimento de pertencimento. No entanto, a manutenção dessa coesão interna depende da demarcação de quem pertence e de quem é excluído desse imaginário. Walker (2006) elucida que à medida que o imaginário dicotômico se expande, a diferença é compreendida como uma relação dialética entre norma e exceção.

Essa diferenciação entre o “eu” nacional e o “outro” estrangeiro é viabilizada fundamentalmente pelo medo. Tucídides (1990) afirmava que os homens estavam motivados pela honra, ganância e, acima de tudo, pelo medo. Ahmed (2014) propõe que o medo funciona como uma tecnologia de governança e um imperativo para a formação do governo. Desse modo, os sujeitos consentem em ser governados e renunciam a parcelas de sua liberdade em troca da promessa de segurança e da eliminação do medo da anarquia. O medo, portanto, não é apenas um sentimento, mas um mecanismo que regula corpos no espaço através de uma distribuição desigual. No caso dos Estados de atol, Barnett e Adger (2003) observam que há uma distância política mínima entre as pessoas e o Estado devido à homogeneidade étnica e alta densidade populacional. Isso significa que o medo gerado pelo impacto climático nas pessoas é, instantaneamente, um impacto na soberania do Estado. O medo da extinção física – a maior ameaça possível para um Estado soberano – funciona como o custo da anarquia climática global, forçando o Estado a buscar no reconhecimento internacional a proteção que sua geografia já não pode garantir. Essa distribuição permite que certos territórios sejam reivindicados de maneira legítima por alguns corpos enquanto outros são marcados pelo não-pertencimento. Ahmed (2014) argumenta que o critério de organização do espaço da nação, tanto físico quanto simbólico, reside na marcação daquilo que vem de fora. O “outro” recebe a marca da exclusão não por uma condição objetiva, mas por uma interpretação política que o define como uma ameaça à fantasia de segurança e continuidade da nação.

Åhäll e Gregory (2019) exploram como as emoções são corporificadas em experiências cotidianas, argumentando que a política é sentida na pele – no som do mar que avança e na mudança da paisagem urbana. Os autores sustentam que as emoções cotidianas fornecem *insights* cruciais sobre o conhecimento emocional hegemônico,

revelando dinâmicas de poder que moldam as interações tanto micro quanto macro (ÅHÄLL; GREGORY, 2019). Nesse sentido, o cotidiano constitui uma ponte entre os três níveis de análise: sentimentos, emoções e afeto. O interesse pela política cotidiana das emoções reside tanto no seu papel na formação de relações intersubjetivas quanto na agência de atores comuns em reforçar ou circunscrever determinados “roteiros emocionais” (*emotional scripts*). Conforme observam Åhäll e Gregory (2019), as emoções coletivas não são apenas ferramentas de manipulação, mas processos que podem ser contestados, incorporados e reapropriados pela população em sua materialidade e espaço geográfico. A análise da política cotidiana exige, portanto, um exame de quem tem permissão para expressar emoções e quais sentimentos são percebidos como legítimos ou desejáveis em determinados contextos. Citando Zembylas (2007), os autores reforçam que o poder está no centro da expressão emocional, seja na esfera pública, em locais de luto ou “na atmosfera” entre sujeitos e materialidades. Essa abordagem foca na relação entre o indivíduo e o coletivo, destacando o papel da corporificação (*embodiment*) nas estruturas de poder (ÅHÄLL; GREGORY, 2019).

Esta vivência corpórea do trauma na escala micro do cotidiano insular — o avanço empírico do oceano salinizando os poços e erodindo o solo — opera em simbiose com a “fantasia da nação” explorada por Soares (2022). Em alinhamento com Hook (2017) e Eberle (2017), constata-se que o investimento afetivo e o “amor à nação” não são desestabilizados pela iminência do desaparecimento físico da geografia, pois os laços identitários operam no plano do desejo inconsciente e não da coerência lógica. Diante do colapso biofísico, o Estado das Maldivas refina essa afeição bruta e projeta a sua fantasia de permanência soberana por meio de fronteiras discursivas rígidas. Utilizando os pressupostos de Walker (1993) sobre a dicotomia *Inside/Outside*, as lideranças insulares traçam uma linha nítida onde o arquipélago personifica a vítima ética e o “outro” estrangeiro (as potências industriais poluentes) representa a ameaça anárquica exterior. O medo existencial, redistribuído desigualmente no espaço conforme teorizado por Ahmed (2014), deixa de ser uma paralisia patológica interna para se tornar uma tecnologia de governança internacional. Ao converter a perda territorial iminente no “custo da anarquia climática global”, as Maldivas utilizam essa marcação política para reivindicar legitimamente a sua preservação espacial e simbólica perante as nações.

A relação entre um Estado e a comunidade internacional pode ser analisada sob a lente da ética do cuidado proposta por Pin-Fat (2018). A autora defende que as RI devem

ser orientadas por “encontros éticos” que reconheçam a vulnerabilidade compartilhada e sugere que o amor político e o cuidado mútuo são as bases para uma justiça climática que vá além da lógica fria dos interesses econômicos. Essa ética do encontro fundamenta a legitimidade da reivindicação maldiva por suporte internacional na manutenção de seus territórios e na garantia de seu direito à existência soberana. Todavia, Pin-Fat (2018) ressalta que levar a ética a sério exige questionar não apenas o que a disciplina teoriza, mas *como* ela o faz, desafiando a gramática tradicional que separa o “interno” (o sentir individual) do “externo” (a política internacional).

Para transpor esse limiar e tornar as emoções politicamente relevantes, Pin-Fat (2018) dialoga com a solução proposta por Mercer (2017), que argumenta que as emoções sociais não são redutíveis às individuais, pois são propriedades emergentes de grupos. O “sentir-se como um Estado” ocorre quando a identidade pessoal do indivíduo “muda” para uma identidade social, um processo influenciado pela cultura que, segundo o autor, é capaz de alterar até mesmo a arquitetura cerebral dos sujeitos. Assim, fenômenos como o patriotismo ou o sentimento de culpa coletiva deixam de ser privados e tornam-se objetivos e compartilhados através de mecanismos como o contágio emocional e a conformidade social (MERCER, 2017). Portanto, a ética proposta por Pin-Fat (2018) sugere que as gramáticas específicas que usamos expressam como as pessoas (e quem conta como “pessoa” ou “povo”) são compreendidas em relação umas às outras. Ao reconhecer que a identidade e a emoção são processos relacionais e não apenas substâncias biológicas privadas, abre-se espaço para uma justiça climática que não ignora a dor do outro sob o pretexto do ceticismo científico ou racionalista. Dessa forma, a sobrevivência soberana de Estados como as Maldivas depende de um deslocamento ético: a transição de uma visão onde as emoções são “objetos internos” escondidos para uma prática política na qual o sofrimento coletivo é reconhecido como uma realidade pública e intersubjetiva.

2 O CASO DAS MALDIVAS: ENTRE A CIÊNCIA E O TRAUMA

A premissa fundamental estabelecida no capítulo anterior demonstra que a segurança ontológica de uma nação não reside exclusivamente na robustez de suas defesas físicas ou em sua dotação de poder material. Ela depende, intrinsecamente, da força de suas conexões éticas, da circulação de suas narrativas e da capacidade de a comunidade internacional atravessar o limiar do ceticismo para praticar, efetivamente, uma política de cuidado e reconhecimento mútuo. A partir desse arcabouço teórico, este segundo capítulo debruça-se sobre a trajetória empírica das Ilhas Maldivas, no qual investigo como o nexos entre a evidência científica do risco e o trauma psicossocial da finitude territorial é processado pelo Estado. Além disso, examino a produção discursiva das lideranças maldivas nas COPs entre os anos de 2010 e 2025. Ao codificar o sofrimento distal e a iminência do desaparecimento geográfico, as Maldivas passam a disputar os sentidos da justiça climática global, conforme detalhado nas seções subsequentes.

2.1 Materialidade do Risco: Estratégias de adaptação

O relatório do IPCC (2019) aponta que as alterações no oceano e na criosfera não são apenas projeções distantes, mas processos irreversíveis em escalas de tempo humanas. “Todos os habitantes da Terra dependem direta ou indiretamente do oceano e da criosfera. O oceano global cobre 71% da superfície da Terra e contém cerca de 97% da água do planeta (IPCC, 2019, P. 53). A criosfera refere-se aos componentes congelados do sistema terrestre” (IPCC, 2019). Para um Estado de atol como as Maldivas, essa transformação biofísica não representa um indicador abstrato, mas o colapso iminente do substrato material que ancora a sua soberania jurídica. A perda da integridade territorial, ao atingir o limiar da inabitabilidade, sabota a estabilidade psicológica coletiva, exigindo do aparato estatal a formulação de respostas práticas de engenharia que funcionem, simultaneamente, como anteparos geofísicos e como refúgios para a preservação de sua segurança ontológica.

Historicamente, o governo maldivo dividiu suas estratégias de adaptação material em duas frentes complementares: as defesas costeiras tradicionais e as arrojadas

intervenções de engenharia geoespacial. Na primeira categoria, a construção de diques, quebra-mares e o plantio de barreiras de vegetação nativa funcionaram como respostas imediatas para mitigar a erosão acelerada e a salinização crônica das lentes de água doce subterrâneas (BARNETT; ADGER, 2003). Contudo, a magnitude do prognóstico científico apresentado pelo IPCC demonstrou que as abordagens puramente defensivas seriam insuficientes no longo prazo. Foi essa insuficiência material que empurrou o Estado para a segunda vertente, marcada pelo desenho e pela execução de macroprojetos de aterramento e edificação de ilhas artificiais, cujo expoente máximo é a cidade planejada de Hulhumalé. Esculpida através do bombeamento de areia do fundo do oceano sobre plataformas de corais rasas, Hulhumalé foi projetada para se erguer a mais de 2 metros acima do nível do mar, oferecendo um porto seguro físico e residencial para as futuras gerações diante do fantasma do apagamento geográfico.

Ao destacar que as zonas costeiras de baixa altitude – onde se situam as Maldivas – abrigam populações que enfrentam o aumento da morbidade, danos em infraestruturas críticas além do comprometimento da segurança alimentar e hídrica, o documento fornece o substrato físico para o sofrimento coletivo. Para um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), a constatação de que o aquecimento do sistema climático é “inequívoco” transforma a vulnerabilidade geográfica numa urgência existencial. Para além dos impactos biofísicos, o IPCC (2019) sublinha que a escala transfronteiriça destas mudanças desafia as estruturas de governação existentes, exigindo transformações institucionais profundas. O relatório prevê que a população que vive em zonas costeiras de baixa altitude (terrenos com menos de 10 metros acima do mar) aumente para mais de mil milhões de pessoas até 2050 e alerta que estão expostas não somente à futura subida do mar, mas ao aumento da temperatura dos oceanos e da intensidade dos ventos, além da altura das ondas e tempestades e à acidificação dos oceanos (IPCC, 2019).

O Programa Nacional de Ação de Adaptação (NAPA) das Maldivas estabelece a base física para a compreensão da “materialidade do risco” ao formalizar que mais de 80% do território nacional situa-se a menos de um metro acima do nível médio do mar. Este dado geofísico não é apenas uma estatística ambiental, mas a própria delimitação do limiar de sobrevivência de um Estado-nação (MALDIVAS, 2006). Ao descrever as ilhas como estruturas “morfologicamente instáveis” e “inconsolidadas”, o documento traduz a instabilidade da existência maldiva em uma linguagem técnica que justifica a urgência das intervenções de engenharia. Aqui, o “sentir-se como um Estado” é confrontado pela

vulnerabilidade tangível de sistemas naturais, humanos e produzidos que, devido à escassez de terra e à baixa altitude, tornam opções como o recuo estratégico para o interior fisicamente impossíveis (MALDIVAS, 2006). Para além da descrição técnica, o NAPA revela como o trauma histórico do Tsunami de 2004 alterou a “gramática” de adaptação climática no país, ao paralisar temporariamente a elaboração do relatório e forçar o reconhecimento de que a ameaça oceânica é uma realidade pública e intersubjetiva (MALDIVAS, 2006). O discurso do ex-presidente Gayyoom, citado no documento, ao afirmar que as Maldivas não desejam se tornar “refugiados ambientais”, ilustra o deslocamento ético proposto por Pin-Fat (2018), no qual aponta a transição de uma angústia interna para uma posição política de resistência soberana. A vulnerabilidade dos aquíferos e a salinização do solo deixam de ser problemas isolados de gestão de recursos para se tornarem componentes de um trauma compartilhado que define quem conta como “povo” em risco.

A análise de Arnall e Kothari (2015) sobre as percepções das Maldivas introduz o conceito fundamental de “disjunção temporal” na construção do trauma e do risco climático. Enquanto a elite política e as organizações internacionais operam sob uma coalizão de discurso orientada ao futuro – projetando as ilhas como uma “bomba-relógio” e seus habitantes como “refugiados climáticos em espera” – a população local (não-elites) interpreta as mudanças ambientais através de experiências sensoriais e passadas (ARNALL; KOTHARI, 2015). Para a população local, a mudança climática é frequentemente invisível no presente, sendo mediada por crenças religiosas ou otimismo técnico, o que demonstra que a gramática da dor e da perda não é uniforme, mas fragmentada entre a projeção científica e a vivência cotidiana. Ao desafiar a narrativa do “êxodo inevitável”, os autores reforçam a importância do apego ao lugar (*place-attachment*) como uma forma de resistência ética e política. A rotulagem externa dos maldivos como vítimas passivas de um desastre iminente ignora as longas histórias de migração e adaptação daquela sociedade, reduzindo sua complexidade identitária a um custo social de falha adaptativa. Sob a ética de Pin-Fat (2018), a sobrevivência soberana das Maldivas depende do reconhecimento de que a justiça climática deve contemplar essas diferentes temporalidades: o sofrimento coletivo não deve ser reconhecido apenas na catástrofe futura projetada pela ciência, mas também na desvalorização presente das vozes locais que recusam o rótulo de refugiados. Assim, a verdadeira prática política intersubjetiva exige que o Estado e a comunidade internacional validem as preocupações

imediatas da população em vez de impor uma narrativa de crise que, embora politicamente útil nas COPs, pode alienar os sujeitos que pretende proteger.

Karthikheyan (2010) oferece uma fundamentação robusta ao detalhar a fragilidade geográfica das Maldivas, onde a altitude média de apenas 1,6 metros torna a nação vulnerável não apenas a projeções graduais, mas a eventos súbitos de destruição. O autor destaca que o Tsunami de 2004 funcionou como uma prova material dessa fragilidade: por serem ilhas pequenas e baixas, as ondas “atropelaram” o território de um lado ao outro (KARTHIKHEYAN, 2010). A obra também evidencia o paradoxo ético e econômico enfrentado pelo Estado maldivo: a dependência de uma indústria de turismo que, embora financie a sobrevivência econômica, acelera a degradação ambiental e a pressão sobre recursos hídricos escassos (KARTHIKHEYAN, 2010). A prática histórica de utilizar corais como material de construção – removendo barreiras naturais de proteção para edificar o espaço humano – exemplifica como a necessidade imediata pode entrar em conflito com a segurança climática de longo prazo. Ao discutir o apelo do presidente maldivo em 2009 pela compra de terras em outros países, Karthikheyan (2010) reforça a tese de que o sofrimento coletivo nessas ilhas evoluiu para uma crise de soberania. Assim, a justiça climática para as Maldivas exige um deslocamento ético que reconheça que a perda de território não afetaria apenas a economia, mas extinguiria a base física sobre a qual se sustenta a cultura e a identidade social do país.

Kelman (2015) aprofunda a discussão ao transpor o debate técnico para o campo das “decisões difíceis” que indivíduos e Estados devem tomar diante da submersão iminente. O autor utiliza um fluxograma de decisão para ilustrar que a migração não é um evento único, mas um processo carregado de dilemas temporais: deve-se partir imediatamente para planejar o futuro ou aguardar um desastre catalisador que force a saída? Essa escolha dramática evidencia o que Mercer (2017) descreve como a mudança da identidade pessoal para a social em contextos de crise. Ao decidir o momento da partida, o Estado e seus cidadãos enfrentam a possibilidade real de perder não apenas ativos tangíveis, mas o patrimônio intangível e a arquitetura emocional que sustenta a nação, transformando a gestão de riscos em uma dolorosa gestão de traumas antecipados. No âmbito da soberania, Kelman (2015) destaca o risco da “perda ontológica” ao discutir os modelos de reassentamento e integração em países hospedeiros. A opção de integração total, que pode levar ao abandono da identidade, cultura e língua original, representa a morte simbólica do Estado-nação, enquanto a criação de ilhas artificiais ou a compra de

novos territórios surgem como tentativas de preservar a existência maldiva em novos espaços físicos. A justiça climática, sob esta ótica, não deve focar apenas no deslocamento físico dos corpos, mas no direito dos povos das Maldivas de possuírem os recursos e o poder de decidir seus próprios destinos (KELMAN, 2015).

Kelman et al. (2017) deslocam o eixo da discussão climática da validação de dados físicos para a análise das percepções e da subjetividade dos atóis. Os autores argumentam que a decisão de migrar ou permanecer não é um cálculo puramente técnico, mas uma resposta inserida em dinâmicas sociais profundas, onde a “não-migração” pode ser, inclusive, uma estratégia deliberada de adaptação. Ao introduzir o conceito de “topofilia” ou apego ao lugar, Kelman et. al (2017) demonstram que a identidade maldiva está ancorada em elementos que transcendem a materialidade do solo, abrangendo família, cultura e paisagem. Os autores também destacam a complexidade ética das políticas governamentais de “consolidação populacional”, que buscam mover habitantes de ilhas periféricas para centros urbanos como Malé. Embora justificadas pelo discurso climático, tais medidas ecoam traumas passados, como as realocações pós-Tsunami de 2004, e carregam sérias consequências sociais e culturais (KELMAN ET. AL, 2017). A proposta do ex-presidente Nasheed de criar um fundo soberano para comprar um novo “território pátrio” em países como Índia ou Austrália exemplifica o deslocamento ético discutido por Pin-Fat (2018): a tentativa de preservar a soberania e a intersubjetividade de um povo mesmo quando sua base física original se torna insustentável. Assim, a sobrevivência das Maldivas é apresentada não apenas como um desafio de engenharia, mas como uma luta para manter a continuidade de uma “gramática” identitária em um sistema de fronteiras e geografias em mutação.

Kelman et al. (2019) desafiam a narrativa hegemônica de “refugiados climáticos passivos”, ao resgatar a historicidade da mobilidade maldiva, descrita pelos antigos reis como o “reino que aparece e desaparece”. Essa herança cultural de “nômades do mar” sugere que a movimentação entre ilhas é uma sobrevivência ancestral, e não apenas uma resposta desesperada a um trauma futuro. Assim, a decisão de migrar é atravessada por uma agência subjetiva que prioriza interesses imediatos, como educação, saúde e empregos, em vez de ser ditada unicamente por um determinismo ambiental ou pelo medo da submersão (KELMAN ET. AL, 2019). Ao constatar que o clima ainda não é o motor principal das decisões migratórias, os autores sugerem que a soberania e a sobrevivência das Maldivas dependem de um deslocamento ético no qual o reconhecimento de que a

dor da perda e o desejo de permanência são realidades públicas que não podem ser subsumidas por modelos tecnocráticos que ignoram as nuances de gênero, religião e as aspirações cotidianas do povo maldivo (KELMAN ET. AL, 2019).

Kothari (2013) alerta para as consequências traumáticas do deslocamento compulsório, que muitas vezes resultam na perda de meios de subsistência e na desarticulação de estruturas socioculturais profundas. Ao analisar as reações à proposta do ex-presidente Nasheed de criar um fundo soberano para comprar terras no exterior, é destacado o temor da população em se tornar “exilada”, evidenciando que o sofrimento coletivo não advém apenas da subida do mar, mas também da perspectiva de perda da soberania e da identidade vinculada ao território. A justiça climática, portanto, exige um deslocamento ético que questione as relações de poder embutidas nos discursos de “resiliência” e “refugiados ambientais”. Reconhecer o sofrimento como uma realidade pública, conforme proposto em sua tese, implica em desmascarar como o medo do desaparecimento físico pode ser usado para justificar políticas que erodem a autonomia e o direito de permanência do povo em sua própria terra (KOTHARI, 2013).

A análise de Speelman et al. (2017) revela uma desconexão significativa entre a consciência do risco ambiental e a intenção de migração da população maldiva. Embora os sinais de trauma apareçam na ampla preocupação e no reconhecimento da alta vulnerabilidade da nação perante a elevação do nível do mar e eventos extremos, o estudo aponta que tais fatores ainda não são determinantes nas decisões migratórias contemporâneas. A ciência, neste contexto, é politizada ao detalhar como a crise ecológica impacta a base material de sobrevivência – desde a salinização da água doce até o branqueamento de corais – mas o efeito político observado é uma resistência à figura do “refugiado climático”, termo que carrega um estigma de passividade que a sociedade local parece evitar. O autor evidencia que, para além da materialidade do risco geofísico, a subjetividade maldiva é moldada por fatores socioeconômicos, como a busca por educação, saúde e qualidade de vida. Ao descrever a República das Maldivas como um Estado islâmico de dimensões geográficas mínimas e altitude média de apenas 1,6 m, é reforçado que a ameaça climática é um pano de fundo onipresente, mas a agência política dos indivíduos foca na manutenção da identidade social e na prosperidade econômica. Desse modo, o trauma ambiental é reconhecido intelectualmente, mas a permanência no território é defendida através de uma priorização da vida cotidiana, desafiando a expectativa externa de uma migração em massa imediata (SPEELMAN ET. AL, 2017).

Vince (2009) ilustra um momento crucial da narrativa maldiva, onde os sinais de trauma emergem na possibilidade simbólica de a nação ser reduzida a um “Estado virtual”, refletida na abertura de sua embaixada em plataformas digitais. A ciência é politizada através de modelos climáticos que preveem a inabitabilidade dos atóis em horizontes próximos (2030-2070), servindo de justificativa para a proposta política de criação de um fundo soberano destinado à compra de terras no exterior (VINCE, 2009). Yamamoto e Esteban (2017) aprofundam a discussão ao tratar a migração como uma estratégia de adaptação proativa perante a iminência da submersão física. O trauma, neste caso, manifesta-se na ansiedade jurídica sobre a manutenção da condição de “Estado-nação” caso o território físico desapareça, o que gera uma proteção internacional para as populações deslocadas. A ciência, ao projetar cenários de mortalidade de corais e submersão total, é utilizada para fundamentar a necessidade de acordos bilaterais e políticas nacionais de realocação, cujo efeito político é a busca por uma segurança ontológica e jurídica que desvincula a soberania da posse contínua da terra (YAMAMOTO; ESTEBAN, 2017).

2.2 Mudanças climáticas e a gestão do medo: análise dos discursos maldivos nas COPs

A análise do discurso das Maldivas nas últimas duas décadas revela um processo dinâmico de reconstrução da identidade estatal frente à ameaça do fim geofísico. Esse processo encontra seu marco zero empírico e psicossocial no Tsunami de 2004, desastre que inundou temporariamente grande parte do arquipélago e que, conforme teorizado por Hutchison (2014), inaugurou uma “política de piedade” no cenário global, na qual a representação visual da catástrofe construiu uma solidariedade emocional no SI. Longe de ser um evento isolado, o trauma de 2004 forneceu às Maldivas o modelo de engajamento estético que pautaria sua atuação multilateral subsequente. Em seus discursos oficiais, as Maldivas apropriaram-se de uma imagem de “vítima moral” para garantir visibilidade e, como delineiam Hutchinson, Bleiker e Campbell (2014), pode-se perceber uma “cara” a situação climática maldiva, o que gera um impacto global ao sensibilizar a opinião pública para uma questão humanitária urgente. Portanto, equilibra-se em uma tensão: ao mesmo tempo em que utiliza a ciência (projeções de elevação do

mar) para validar imagens alarmistas e atrair recursos, o Estado busca, gradualmente, reapropriar-se de sua agência. O desafio político, identificado ao longo das COPs, tem sido transitar do “espetáculo da vulnerabilidade” para a afirmação da resiliência, no qual o trauma não é mais um destino passivo, mas uma ferramenta de mobilização soberana.

No início da década de 2010, o texto das Maldivas era moldado por metáforas de terminalidade. Na COP 16, o discurso utiliza a metáfora militar da “linha de frente” para descrever a sua posição geográfica, convertendo a materialidade do risco num sinal de trauma existencial. Ao afirmar que o país se encontra no limite da sobrevivência, a prática discursiva opera uma “tradução da sobrevivência”, onde a ciência deixa de ser um dado estatístico para se tornar um imperativo ético. Como destaca o documento oficial, as Maldivas posicionam-se como o “termômetro moral do sucesso ou fracasso da COP”, o que sugere que a inação internacional equivale a um “sacrifício” deliberado da nação. Esta construção discursiva visa moldar a prática social da governança climática e exige que a mitigação seja tratada não como uma escolha econômica, mas como um direito fundamental à existência (MALDIVAS, 2010). De acordo com o *Coastal Adaptation Measures: Survey Report* (UNDP, 2021), a população local manifesta um trauma profundo ligado à erosão costeira, o que valida a insistência do Estado na manutenção física do território. Ao politizar a ciência através da afirmação de que “o risco existencial não é uma probabilidade, mas uma angústia presente” (MALDIVAS, 2010), o governo utiliza a “política de piedade” descrita por Hutchison, Bleiker e Campbell (2014) para transitar de uma vítima passiva a um “Estado-Alerta”.

O pronunciamento das Maldivas na COP 17 em 2011 marca uma transição da angústia física para uma frustração política, que revela o que se pode classificar como um trauma por “negligência”. O texto manifesta uma exaustão com o ritmo burocrático, no qual é interpretada como um abandono deliberado da materialidade insular. Como destaca a declaração, a manutenção do Protocolo de Quioto não é apenas uma meta técnica, mas uma luta contra a “morte jurídica” da nação (MALDIVAS, 2011). O Estado politiza a ciência ao exigir que as projeções de temperatura sejam convertidas em um “roteiro jurídico vinculante”. No nível da prática social, o efeito deste discurso é a consolidação das Maldivas como um “acusador ético” no SI. A estratégia de gerar constrangimento moral força uma segurança ontológica que independe da estabilidade geofísica imediata (HUTCHISON, 2014). Essa demanda ecoa com os dados do *Climate Change Adaptation*

Measures Survey, no qual a população expressa que a percepção de segurança está diretamente ligada à confiança em intervenções estruturadas (MALDIVAS, 2021).

O discurso na COP 18 em 2012 é marcado por uma “exaustão diplomática”, em que o sinal de trauma se manifesta na repetição de alertas sem respostas efetivas, configurando o que o Estado denomina como o trauma da “lentidão sistêmica” (MALDIVAS, 2012). A prática discursiva das Maldivas opera uma transição do apelo emocional para a vigilância técnica, utilizando o conceito científico de “lacuna de mitigação” (*mitigation gap*) para politizar a urgência do Segundo Período do Protocolo de Quioto. Ao afirmar que o rigor jurídico deve prevalecer sobre gestos simbólicos, o Estado maldivo utiliza a ciência para desmascarar a inércia das potências, transformando dados sobre emissões em provas de uma negligência que ameaça a sua segurança ontológica (MALDIVAS, 2012). A resistência à “morte jurídica”, discutida por Yamamoto e Esteban (2017), reflete a tentativa do Estado de garantir que sua identidade social não seja diluída pela falta de compromissos vinculantes. O foco na “lacuna de mitigação” serve, portanto, como um ultimato ético: a ciência é mobilizada não apenas para informar, mas para impor um limite jurídico à inação das grandes potências, reafirmando que a soberania maldiva depende intrinsecamente da integridade dos acordos globais.

Na COP 19 em 2013, o discurso introduz uma ruptura na narrativa de urgência ao focar no conceito de “perda irreparável”. O sinal de trauma desloca-se da ameaça física para a dor ontológica, e menciona explicitamente perdas não econômicas, como a cultura e a memória territorial, que transcendem a compensação financeira. A prática discursiva maldiva politiza a ciência dos danos climáticos inevitáveis – aqueles que a adaptação já não consegue prevenir – para fundamentar a criação do Mecanismo Internacional de Varsóvia para Perdas e Danos (MALDIVAS, 2013). Ao forçar a comunidade internacional a reconhecer perdas que o dinheiro não substitui, as Maldivas operam uma manobra de segurança ontológica que busca preservar a identidade social através do reconhecimento jurídico do seu sofrimento. Como sugerido por Hutchison (2014), essa estratégia utiliza a “política de piedade” para converter o trauma em um direito de reparação.

Na COP 20 em 2014 é introduzida a retórica da “finitude geracional”, um sinal que projeta o desaparecimento do território no horizonte de vida das crianças maldivas contemporâneas. Ao utilizar a imagem da juventude como o rosto da vulnerabilidade, o texto opera uma manobra afetiva para politizar a ciência: o limite de 1,5°C de

aquecimento global deixa de ser tratado como um “alvo técnico” para ser defendido como um “imperativo de direitos humanos” (MALDIVAS, 2014). O efeito político deste discurso foi a criação de uma pressão moral que preparou o terreno para as negociações do Acordo de Paris no ano seguinte. Ao vincular a sobrevivência de uma geração inteira a um número decimal científico, as Maldivas forçaram as grandes potências a encarar as projeções climáticas como vereditos morais sobre a vida e a morte. Esta abordagem ressoa com as análises de Hutchison, Bleiker e Campbell (2014) sobre a política de representação, na qual o Estado maldivo tenta escapar do “espetáculo da vulnerabilidade” passiva para assumir uma liderança ética. Assim, o discurso de Lima consolidou a identidade das nações insulares como a voz da consciência do regime climático, estabelecendo que qualquer acordo futuro que ignorasse o limite de 1,5°C seria, por definição, uma violação da dignidade humana e da soberania maldiva.

O discurso na COP 21 em 2015, na qualidade de presidência da AOSIS³, representa o ápice da utilização do trauma existencial como capital diplomático. No documento oficial é articulado a “invisibilidade”, em que a diferença técnica entre o aquecimento de 2°C e 1,5°C é politizada como a fronteira entre a sobrevivência e a perda do Estado físico. Ao repetir o imperativo do “direito de existir”, as Maldivas operam o que Pin-Fat (2018) descreve como a gramática do sofrimento: a dor de um povo que teme ser apagado da história em prol do crescimento econômico alheio. Como aponta Hutchison (2014), o “contágio emocional” atingiu sua escala máxima em Paris, convertendo o trauma existencial em um poderoso instrumento de pressão e assim, a segurança ontológica do Estado foi temporariamente resguardada não por obras de engenharia, mas pela consagração jurídica de sua existência.

O discurso em 2016 durante a COP 22, introduz uma linguagem metodicamente estruturada acerca da vulnerabilidade do Estado frente a eventos climáticos extremos. Essa transição discursiva sugere que o trauma episódico – como a memória coletiva do Tsunami de 2004 analisada por Hutchison (2014) - deixa de ser articulado como um mero apelo humanitário passivo e passa a exigir respostas práticas. À luz de Mercer (2017),

³ A AOSIS (Aliança dos Pequenos Estados Insulares) é uma organização intergovernamental de 39 nações insulares e costeiras de baixa altitude, criada em 1990. O grupo atua como um bloco crucial nas negociações climáticas da ONU, defendendo metas ambiciosas de redução de emissões e fundos de financiamento para proteger populações vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.

essa retórica opera como um mecanismo para garantir que a intersubjetividade e o constrangimento moral alcançados com o Acordo de Paris no ano anterior se materializam de forma tangível em aportes financeiros e transferência de recursos técnicos. A delegação maldiva politiza a iminência do desastre para tensionar a assimetria do SI, o que transforma o luto histórico em um ativo de “barganha” diplomática. Conforme documentado nos relatórios de adaptação da UNDP (2021), essa fase de cobrança externa coincide com o fortalecimento e o desenho de políticas domésticas de infraestrutura pesada nos atóis, evidenciando que a manutenção da segurança ontológica da população requer uma correlação direta entre a estabilização psicológica e a solidez do cimento nas defesas costeiras contra o avanço das marés.

Na COP 23 em 2017, há um cenário internacional fragmentado e marcado pela instabilidade dos compromissos ambientais das grandes potências poluidoras, o pronunciamento maldivo adota uma retórica de unificação e resistência para neutralizar o pânico decorrente do possível esvaziamento do Acordo de Paris. A prática discursiva do Estado-arquipélago realiza uma manobra analítica complexa na qual o trauma geofísico do oceano funde-se ao trauma político da incerteza diplomática, gerando um novo vetor de urgência processual (MALDIVAS, 2017). Sob a ótica de Luetz (2017), essa etapa da governança multilateral busca canalizar uma “consciência de terminalidade” das pequenas ilhas para a formatação de lições replicáveis de políticas públicas e para o acirramento da mobilização institucional externa. O afeto é mobilizado como um recurso de poder produtivo e de coerção moral e a estratégia discursiva impõe um alto custo reputacional aos atores hegemônicos que tentam recuar em suas obrigações éticas.

Na COP 24 em 2018, o pronunciamento reflete uma transição discursiva orientada pela ansiedade burocrática e pelo receio do esvaziamento normativo dos compromissos assumidos na conferência anterior. O sinal de trauma manifesta-se sob a forma de uma profunda desconfiança intersubjetiva em relação à disposição voluntária das potências globais, temendo-se que as metas estabelecidas no Acordo de Paris permaneçam restritas ao plano retórico. Para mitigar esse cenário de incerteza, o Estado maldivo opera uma politização da ciência ao instrumentalizar o Relatório Especial do IPCC sobre o Aquecimento Global de 1,5°C como uma verdade admissível para balizar a aprovação do *Rulebook* (o livro de regras de Paris). O documento científico é convertido, portanto, em um critério de demarcação moral e jurídica impositivo para a governança multilateral (MALDIVAS, 2018). No âmbito da prática social, o efeito político desse

posicionamento consolida a identidade das Maldivas como um “vigilante técnico” do regime climático. O Estado insular passa a exigir transparência e métricas mandatórias para a aferição das emissões globais, demonstrando como a busca pela segurança ontológica depende da capacidade de codificar o medo existencial em salvaguardas processuais e regulamentares vinculantes (KOSCHUT et al., 2017).

O pronunciamento das Maldivas na COP 25 em 2019 abandona a retórica da esperança de Paris para vocalizar uma decepção que sinaliza que os Estados insulares percebem o esvaziamento das promessas internacionais como um abandono deliberado. A prática discursiva opera uma “contagem regressiva” existencial: o tempo para evitar a submersão é apresentado como um recurso finito que está a se esgotar (MALDIVAS, 2019). Ao converter a elevação do nível do mar em acusações de violação de direitos humanos, as Maldivas aumentam o custo reputacional dos países que protegem indústrias de combustíveis fósseis na arena intersubjetiva da COP. Como sugere Mercer (2017), o Estado reage como um organismo em risco de asfixia e garante sua segurança ontológica através da resistência e da denúncia, reafirmando que a soberania maldiva, mesmo diante da ameaça de desaparecimento geográfico, permanece inabalável na sua exigência por reparação ética e financeira perante a comunidade global.

Na COP 26 em 2020, o discurso introduz o termo “sentença de morte” para descrever o destino das ilhas caso o aquecimento global ultrapasse o limite de 1,5°C. O sinal de trauma deixa de ser uma projeção futura para se tornar uma angústia de extinção física imediata. A prática discursiva opera uma politização radical da ciência: a diferença decimal de 0,5°C (entre os alvos de 1,5°C e 2,0°C) é ressignificada como a fronteira biológica e geográfica de uma nação inteira. Ao afirmar que a inundação gradual já é uma realidade sentida, o Estado maldivo utiliza a materialidade do risco para denunciar a falha do SI em proteger a integridade territorial dos mais vulneráveis (MALDIVAS, 2021). Através do que Hutchison, Bleiker e Campbell (2014) definem como o uso político do trauma, o Estado maldivo forçou a comunidade internacional a encarar a extinção de um país soberano como uma realidade física atual, e não apenas um cenário de modelagem climática. Conforme os relatórios da UNDP (2021), esse clamor externo é sustentado internamente por uma população que vê na engenharia costeira e na adaptação hídrica a única barreira contra o desaparecimento, transformando o dado técnico no último suporte da esperança nacional.

Na COP 27 em 2021, a prática discursiva migra da submersão física para a paralisia econômica, e relata a insustentabilidade de honrar dívidas externas enquanto se financia a reconstrução de infraestruturas destruídas pelo avanço do mar. O sinal de trauma manifesta-se na exaustão de um Estado que se vê preso em um ciclo de vulnerabilidade. A ciência, neste contexto, é politizada através da conversão dos custos técnicos de adaptação em uma demanda por “justiça financeira”. As Maldivas utilizam os dados sobre a lacuna de financiamento para exigir a operacionalização imediata do Fundo de Perdas e Danos, argumentando que a viabilidade da sua segurança ontológica depende agora de uma reforma na arquitetura financeira internacional (MALDIVAS, 2022). Como argumenta Mercer (2017), essa identidade de credor moral busca forçar um reconhecimento intersubjetivo de que a dívida climática das potências “poluidoras” precede qualquer obrigação fiscal do Estado vulnerável. Conforme os relatórios da UNDP (2021) e do Ministério do Ambiente das Maldivas, essa narrativa externa é o reflexo de uma pressão interna crescente, onde a resiliência não é mais apenas uma questão de engenharia costeira, mas de soberania econômica e direito à continuidade institucional.

O pronunciamento das Maldivas na COP 28 em 2022 revela o foco na segurança ontológica e na permanência da nação, em que o medo da desterritorialização é enfrentado com uma afirmação categórica de que a identidade maldiva é inegociável, independentemente da falência de seu território (MALDIVAS, 2023). A prática discursiva opera uma “politização da inovação territorial”, onde a ciência da engenharia costeira – como a criação de ilhas artificiais – é convertida em uma estratégia de preservação da soberania. Conforme Pin-Fat (2010), o Estado busca proteger a estrutura social contra o apagamento e transforma a ciência em um suporte jurídico para garantir que o “ser” maldivo persista mesmo diante de uma geografia hostil. Como sugere Mercer (2017), o trauma e a dor coletiva são transmutados em uma vontade de potência tecnológica. Ao apresentar a “materialidade produzida” como resposta ao risco, o governo maldivo deixa de apenas clamar por mitigação global para se posicionar como um gestor de soluções radicais de adaptação.

Na COP 29 em 2023, o discurso introduz uma inflexão marcada pelo esgotamento político e psicossocial do Estado, que passa a se recusar a ser decodificado no SI apenas sob a chave da fragilidade passiva e do medo paralisante. A prática discursiva opera uma ressignificação radical da vulnerabilidade: a resiliência técnica deixa de figurar como um apelo humanitário por caridade fiduciária e ascende à condição

de prova empírica de viabilidade macroeconômica. Ao instrumentalizar a ciência da adaptação e a engenharia costeira para demonstrar que o arquipélago constitui um “investimento seguro” – e não uma causa perdida ou um território inviável, o governo maldivo politiza sua capacidade infraestrutural (MALDIVAS, 2024). O aparato estatal declara que sua permanência histórica não se encontra mais subordinada ao oceano, mas sim à sua própria agência e autonomia soberana. Conforme postulado pelas lentes de Mercer (2017) sobre a formação de emoções corporativas estatais, e de Pin-Fat (2010) sobre as estruturas de reconhecimento no SI, processa-se uma transmutação profunda na identidade social do país: desfaz-se do “Estado-Vítima” para consolidar-se como “Estado-Inovador”.

Na COP 30 em 2025, o posicionamento das Maldivas consolida uma virada paradigmática por meio de uma performance discursiva na qual o afeto bruto do trauma é estrategicamente sublimado pela projeção de territórios planejados e soluções de engenharia artificial (MALDIVAS, 2025). A prática discursiva do Estado manifesta uma inflexível vontade de permanência de sua população dentro de seu próprio espaço insular recalculado, sinalizando que a angústia existencial outrora associada ao desaparecimento físico da pátria é convertida em um vetor de “resistência ontológica”. Sob a gramática de Pin-Fat (2010), ao afirmar de maneira categórica que a identidade nacional, a memória coletiva e a subjetividade jurídica do seu povo persistem intocadas a despeito das mutações geofísicas, as Maldivas estabelecem uma soberania resiliente, em que desvincula a legitimidade estatal da fixidez cartográfica tradicional.

3 DIPLOMACIA DE SOBREVIVÊNCIA: O AFETO COMO RECURSO DE PODER

A trajetória percorrida pelas Maldivas entre a ciência do risco e o trauma da finitude territorial culmina em um impasse que desafia os pilares fundamentais da política internacional clássica. Se o Estado-nação moderno foi construído sobre a tríade de povo, governo e território fixo, a iminência da desterritorialização maldiva exige um enfrentamento acerca da sobrevivência da soberania em um cenário de geografia mutável. Neste capítulo, discuto como a segurança ontológica e as tecnologias de engenharia apresentadas pelas Maldivas nas COPs não são apenas táticas de sobrevivência, mas compõem o núcleo de uma diplomacia afetiva e existencial. Longe de representarem uma capitulação material diante da elevação dos oceanos, os projetos de ilhas artificiais e infraestruturas planejadas são ressignificados nos pronunciamentos oficiais como a materialização da esperança e da resiliência coletiva. Ao transmutar o espaço físico artificializado em um símbolo de permanência da autoidentidade nacional, o Estado mobiliza uma economia política dos afetos que desafia as grandes potências, transformando a iminência do trauma em um recurso de agência e poder capaz de constranger o sistema global e estender a legitimidade de sua soberania para além dos limites geofísicos tradicionais.

3.1 Territórios Planejados e Resiliência: A engenharia como resposta à ansiedade coletiva e garantia de permanência

A estruturação da diplomacia de sobrevivência encontra suporte empírico na articulação política das emoções que emergem diretamente da vulnerabilidade do território. No caso maldivo, a geografia insular de baixa altitude constitui o fator primário que determina a urgência do Estado no engajamento da governança climática global, e gera sentimentos generalizados de medo e ansiedade diante da iminência do apagamento geofísico. Esse panorama de risco existencial impõe barreiras pragmáticas nas negociações internacionais, uma vez que o embate das Maldivas consiste na tentativa contínua de sensibilizar o SI através do compartilhamento de suas afeições corporativas. Ao vincular a dor e o desamparo em seus discursos, o Estado vulnerável evidencia que o

adiamento de metas climáticas representa o sacrifício moral de vidas humanas atuais e futuras, operando uma geopolítica do trauma para constranger o cálculo utilitário das potências hegemônicas. Esse processo de inserção da dor nas esferas decisórias globais desvela a profunda interconexão entre as realidades físicas e a circulação de estados afetivos intersubjetivos. Como discutido no horizonte epistemológico deste estudo, o afeto opera como uma força pré-cognitiva e corpórea, constituída por fluxos de energia que se movem entre corpos e discursos antes mesmo de serem codificados pela racionalidade (MASSUMI, 2002). No contexto do atol, as transformações ambientais cotidianas – como a elevação sutil do nível médio do mar e a erosão severa das faixas de areia – não são apenas dados isolados, mas forças somáticas que atingem diretamente o corpo social.

O papel desse afeto na condução de negociações revela-se nas constatações de Aggestam e Jonsdottir (2008) acerca das emoções nas táticas de mediação. As autoras sustentam que a dinâmica de fóruns multilaterais transcende o cálculo utilitário de perdas e ganhos materiais. A disposição afetiva prévia dos atores dita a rigidez ou a fluidez das concessões apresentadas. O discurso institucional maldivo opera como um instrumento que centraliza a indignação e a empatia na mediação da governança global. A inserção da dor e da vulnerabilidade territorial como teses legítimas transforma o eixo da mediação climática. Aggestam e Jonsdottir (2008) elucidam que o reconhecimento genuíno da ansiedade da contraparte atua como o principal facilitador para a transição de um cenário de confronto para o de acomodação. As lideranças do arquipélago apropriam-se dessa premissa ao projetar o seu trauma de apagamento geofísico. O propósito diplomático consiste em modular uma postura ética de responsabilidade nas potências “poluidoras”. Para as Maldivas, a carência de poder de barganha tradicional é preenchida pelo acúmulo de capital moral. A capacidade de articular o medo diante do oceano converte-se em um vetor de pressão no regime das Nações Unidas. Essa transmutação da fragilidade em coerção branda alinha-se à teoria de Crawford (2014), que mapeia as vias de institucionalização das emoções na diplomacia pública. A autora rejeita a tese de que sentimentos de empatia permaneçam confinados ao domínio das relações privadas, uma vez que as burocracias de Estado os codificam metodicamente. Esse processo consolida as crenças difusas do grupo em declarações oficiais e resoluções vinculantes (CRAWFORD, 2014). No arquipélago, o pavor cotidiano da submersão é sedimentado em políticas públicas de contingência.

A conversão desse pavor em diretrizes institucionais demonstra que o aparato governamental atua como um grupo social complexo, cujas práticas refletem diretamente a identificação mútua entre governantes e governados (MERCER, 2014). Quando o tomador de decisão projeta o medo existencial no SI, ele não realiza um ato meramente individual, mas corporifica o sentimento do grupo por meio de roteiros emocionais organizados. Esta dinâmica valida a tese de Wendt (2004) de que o Estado pode ser compreendido como uma entidade inteira e personificada, capaz de experimentar e projetar emoções através das estruturas discursivas de seus diplomatas. O corpo do negociador maldivo torna-se, na prática social, o veículo físico que transporta a ansiedade coletiva da ilha até o centro da política global. Crawford (2014) detalha os caminhos específicos que conectam os seus coletivos aos observadores globais. As delegações das Maldivas aplicam a persuasão afetiva sistemática para estabelecer pontes psíquicas com as opiniões públicas das nações desenvolvidas. Ao traduzir relatórios geofísicos intrincados em narrativas de luto antecipatório, os negociadores transpõem as barreiras do ceticismo corporativo. Essa convergência de disposições emotivas catalisa alianças não estatais essenciais para o avanço das pautas insulares. A estabilidade dessas rotas comunicativas pressupõe a renovação criteriosa do repertório empático do Estado emissor. Crawford (2014) sinaliza que o engajamento retórico depende da capacidade institucional de atualizar a expressão de vulnerabilidade sem incorrer no esgotamento ou na fadiga da compaixão da audiência externa. A maturação do posicionamento maldivo, que transita do clamor pelo resgate para a denúncia jurídica de violação de direitos, exemplifica tal atualização. O afeto apresenta-se como um recurso diplomático precioso, o qual exige administração rigorosa para reter a solidariedade continuada no sistema anárquico.

A viabilidade territorial possui dependência inegociável em relação ao substrato psicológico da crise, tese evidenciada por Brosch (2021) ao consolidar o estudo dos afetos enquanto diretores da percepção da mudança climática. O autor postula que as oscilações emocionais formam a base que determina o financiamento e a aceitação de modelos de resiliência (BROSCH, 2021). O senso de alarme gerado pelas previsões de desaparecimento atua como o motor primário que compele o governo a dirigir propostas de aterramento. Brosch (2021) alerta que a exploração reiterada de emoções punitivas possui limites estruturais de engajamento, acarretando apatia cívica se não for pareada a vislumbres de salvação tangível. A estratégia governamental maldiva antecipa esse

desgaste ao mesclar o discurso do fim iminente com a inauguração progressiva de projetos de urbanização e elevação artificial. A exibição constante de plataformas flutuantes ou atóis planejados funciona como bloqueio ao fim “paralisante”. Brosch (2021) afirma que construtos cognitivos abstratos não asseguram a persistência de condutas mitigadoras no tecido social a longo prazo. O planejamento de intervenções nas Maldivas condensa o debate técnico intangível em retroescavadeiras que reconfiguram a paisagem. Essa concretude restabelece a certeza populacional na manutenção institucional da soberania insular perante a expansão das marés.

Gregersen et al. (2024) avaliam a recepção pública frente à imposição de tecnologias em escala nacional. No contexto maldivo, a edificação de muralhas marítimas desperta reações complexas entre os habitantes. A classificação dessas inovações pelo público como dispositivos de salvação real ou incursões ameaçadoras remete à valência afetiva inerente ao pertencimento local. Gregersen et al. (2024) sinalizam que a deliberação cívica inclusiva modera as contestações emocionais decorrentes de mudanças bruscas de habitabilidade. O Estado maldivo dedica esforços em atrelar a concretização de novas plataformas à preservação dos ritos comunitários e da herança islâmica do país. Os autores demonstram que a hostilidade pública regride e dá lugar à adesão quando a contenção das águas durante tormentas severas é atestada pelas famílias abrigadas (GREGERSEN ET. AL, 2024). A passagem da desconfiança para a aceitação comunitária evidencia como a segurança ontológica se apoia na produção discursiva e na experiência vivida da proteção material. A reconfiguração da paisagem por meio de quebra-mares artificiais deixa de ser uma mera resposta técnica para se tornar uma prática social que restabelece a confiança na integridade da pátria. Ao ancorar a narrativa de sobrevivência em estruturas tangíveis de alta engenharia, o governo maldivo constrói uma barreira psicológica que impede que o medo existencial degenere em paralisia cívica, fornecendo à sociedade o suporte emocional indispensável para enfrentar as transformações ecológicas de sua geografia.

A objetividade dessas rotinas de autopreservação é parametrizada pelos dados dos relatórios governamentais e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, 2021). A sondagem voltada para as medidas de adaptação costeira arquiva a transição do país de uma postura reativa pontual para uma lógica de intervenção abrangente e definitiva. Uma fração majoritária do orçamento nacional das Maldivas encontra-se comprometida com a dragagem de areia e a edificação de barreiras de

dissipação de energia das ondas. Tais projetos são categorizados oficialmente como garantias imperativas para o banimento da alternativa migratória. A coleta de impressões exposta no documento da UNDP (2021) atesta a pacificação da aflição coletiva subsequente à conclusão de empreendimentos estruturais nos atóis vulneráveis. Populações residentes em locais recentemente protegidos por quebra-mares artificiais atestam níveis superiores de estabilidade mental durante as monções. O relatório corrobora a premissa de que os blocos de contenção operam primariamente como geradores de previsibilidade psíquica. O governo provê o anteparo físico indispensável para o reequilíbrio da segurança ontológica de seus cidadãos. A interface imediata entre a infraestrutura colossal e o sentir íntimo ganha clareza mediante a exploração analítica conduzida por Åhäll (2019) sobre a emoção na vida comum. A autora estabelece que a corporificação dos fenômenos no nível microscópico atua como um espaço vibrante para a consolidação de micropoderes e para a resistência individual. O “recuo do quintal” frente ao aumento gradativo da salinidade ou a sensação térmica nos agrupamentos de moradias artificiais constituem a vivência corporal inegável do trauma. O ambiente ordinário processa e decanta o afeto reativo, convertendo a ansiedade em uma persistência continuada. A capacidade de influenciar as diretrizes de governança é garantida por essa experiência corporal detalhada por Åhäll (2019). O transbordamento da demanda civil para o controle das decisões de cúpula ocorre quando o impacto ameaça espaços repletos de significação sagrada.

3.2 Limites da Governança: O hiato entre a solidariedade performática e as obrigações jurídicas internacionais

O hiato entre a solidariedade performática das potências globais e a efetividade de suas obrigações vinculantes encontra sua materialização documental nos pronunciamentos das lideranças maldivas nas Conferências das Partes (COPs). Conforme demonstram Schimitt e Gonçalves (2019), a análise da migração ambiental sob a perspectiva da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS) revela as demandas capitaneadas pelas Maldivas por salvaguardas mandatórias e pelo financiamento perene de Perdas e Danos, e esbarram em uma arquitetura normativa exaurida, que converte as manifestações de pesar nos plenários multilaterais em um ambiente de inação legal

(SCHIMITT; GONÇALVES, 2019). Essa paralisia institucional ganha inteligibilidade quando confrontada com a tese de Koschut et al. (2017) sobre a segurança ontológica e o poder produtivo das emoções. Durante a COP 26 em Glasgow, o então presidente Ibrahim Mohamed Solih verbalizou a angústia existencial do arquipélago em um apelo contundente: “O que será necessário para que vocês nos escutem? [...] Nossas ilhas estão sendo lentamente inundadas pelo mar, uma a uma. Se o aumento da temperatura saltar de 1,5°C para 2°C, isso será uma sentença de morte para as Maldivas.” (MALDIVAS, 2021 - Tradução minha).

A projeção desse medo biológico e civilizacional atua, nos termos de Koschut et al. (2017), como uma tentativa de pautar o regime de governança por meio de forças co-constitutivas da realidade política, transmutando o trauma local em um vetor de pressão normativa. No entanto, a recusa estrutural do sistema em converter esse clamor em direitos compulsórios demonstra que o poder produtivo do afeto é capturado e redirecionado pelas potências hegemônicas. As instâncias multilaterais absorvem a performance do trauma para aplacar imperativos morais imediatos, mas bloqueiam a sua transformação em obrigações fiduciárias rígidas, neutralizando a radicalidade do pleito periférico em favor do *status quo* geopolítico. Esta captura institucional do trauma coloca em evidência a dupla dimensão em que as economias afetivas operam na política mundial. Enquanto a circulação interna do afeto unifica o tecido social e viabiliza a aceitação das tecnologias de geoengenharia costeira analisadas na subseção anterior, sua projeção externa é sistematicamente filtrada pelas assimetrias do regime de governança global. O constrangimento ético e os roteiros emocionais (MCAVENE; KOWERT, 2024) mobilizados pelas Maldivas encontram barreiras rígidas nas instâncias de decisão, revelando que a capacidade de converter o sofrimento periférico em normas mandatórias possui limites fixados pelas potências industriais continentais.

Sob o prisma epistemológico de Pin-Fat (2018), essa esterilidade regulatória não é um mero subproduto de assimetrias políticas, mas o resultado de como as RI teorizam as emoções através do recital cético (*skeptical recital*). A tradição hegemônica adota uma gramática que confina o afeto a uma ontologia puramente subjetiva, interpretando o trauma e o medo existencial como cascatas bioquímicas privadas (PIN-FAT, 2018). Essa clivagem epistêmica serve de sustento para a justificativa da “solidariedade performática” observada nas negociações. As potências globais valem-se desse isolamento para exigir modelagens científicas exaustivas ou submeter o apoio financeiro a avaliações

burocráticas intransponíveis, sob o pretexto de mensurar a “viabilidade” e a “exatidão” dos danos. Esse mecanismo foi denunciado abertamente pelo presidente Mohamed Muizzu na COP 28, ao confrontar as barreiras impostas pelas nações ricas: “Não podemos esperar para superar a burocracia, para provar a bancabilidade, para demonstrar a viabilidade. Os critérios de avaliação precisam ser revisados.” (MALDIVAS, 2023 - Tradução minha).

A recusa em flexibilizar os critérios de avaliação burocrática revela a resistência das potências em assumir a culpabilidade histórica pelas alterações físicas da biosfera. Ao exigir do Estado vulnerável a comprovação exaustiva da viabilidade econômica de suas defesas infraestruturais, as potências operam um bloqueio discursivo que neutraliza o imperativo moral contido nos apelos insulares. Essa imposição de racionalidade técnica serve de anteparo para resguardar os privilégios industriais dos países poluidores, impedindo que a dor somática experimentada pelas comunidades nos atóis ameace a estabilidade econômica imediata do Norte Global. É nesse descasamento de realidades que se consolida o hiato normativo identificado pela AOSIS nas instâncias multilaterais. Enquanto a população maldiva lida com a contaminação salina de suas águas e com a perda real de seus quintais litorâneos (ÅHÄLL, 2019), os principais emissores globais avaliam o colapso do arquipélago sob uma lógica de distanciamento. O sofrimento distal das nações de baixa altitude é acolhido em arenas públicas como um espetáculo estético de vulnerabilidade, mas destituído de sua força coercitiva quando as decisões migram para as salas fechadas onde se pactuam obrigações jurídicas vinculantes.

A razão profunda pela qual essa dinâmica flui em uma solidariedade performática é explicada pelo conceito de circulação afetiva e pela política de piedade de Hutchison e Bleiker (2014). Os afetos operam como fluxos dinâmicos que se movem entre discursos e imagens, encontrando na performance diplomática o veículo para sua exteriorização pública. Nas COPs, as Maldivas instrumentalizam sua imersão imagética para gerar um contágio emocional que reconfigure o julgamento ético do espectador distante. Todavia, os Estados industrializados operam uma ruptura deliberada nessa circulação. Eles consomem o afeto em sua dimensão puramente estética e imediata, o que valida o “espetáculo da vulnerabilidade” no SI pela busca de empatia, mas interditam sua tradução em *prática social* vinculante (HUTCHISON; BLEIKER, 2014). Conforme sintetizado em discursos subsequentes da delegação maldiva ao constatar que “fundos fluem livremente para travar guerras, mas são escrutinados quando se destinam à

adaptação climática” (MALDIVES, 2024), a solidariedade performática é o dispositivo pelo qual as potências hegemônicas participam do luto sem abdicar de suas taxas de desconto social e privilégios industriais. Desse modo, as comunicações internacionais e as performances multilaterais seguem uma topografia emocional rigidamente vigiada pelas potências hegemônicas (MCAVENE; KOWERT, 2024). O acolhimento superficial das demandas insulares atua como um mecanismo de alívio da culpa moral global, permitindo que as nações ricas preservem sua imagem de lideranças benfeitoras sem que haja a redistribuição real de recursos ou a mitigação severa de emissões poluentes. O afeto, que para as Maldivas representa um recurso de sobrevivência e poder moral, é fagocitado pelas estruturas tradicionais de poder e convertido em um simulacro de cooperação.

Por fim, esse aprisionamento normativo ganha contornos definitivos a partir da teoria das emoções corporativas de Mercer (2014). Se o processo intersubjetivo de “sentir-se como um Estado” confere coesão à resistência maldiva através da máxima de que “quem somos é o que sentimos”, ele também governa a identidade corporativa das potências poluidoras. Mercer (2014) postula que os Estados partilham sentimentos constitutivos de sua própria ontologia política, sendo guiados por uma sincronia psíquica grupal. No caso das potências globais, sua identidade corporativa está ancorada na autoimagem idealizada de “líderes globais benfeitores” e garantidores da governança racional. Quando confrontadas com a indignação moral e a denúncia da dívida climática vocalizada pelas Maldivas, a confissão de culpabilidade histórica e a aceitação de sanções pecuniárias compulsórias estilhaçaram essa fachada ontológica. A solidariedade performática emerge, portanto, como uma estratégia de autodefesa psicológica coletiva e comutação identitária (MERCER, 2017): o intercâmbio de promessas voluntárias e falas carregadas de pesar permite que os Estados poluidores mostrem uma postura de cuidado, o que neutraliza a culpa corporativa interna sem que precise ceder a uma arquitetura de poder genuinamente compassiva e compromissada com a integridade do sujeito periférico enfraquecido.

Essa barreira estrutural força o Estado-arquipélago a refinar continuamente suas escolhas discursivas para evitar o esgotamento da compaixão internacional. Como as barreiras da governança climática impedem a consolidação de salvaguardas compulsórias de perdas e danos (SCHIMITT; GONÇALVES, 2019), as Maldivas operam uma inflexão crucial a partir de meados de 2023, conforme observado nas COPs 29 e 30. O discurso

abandona a passividade do apelo humanitário e passa a utilizar a ciência da adaptação e o orgulho técnico de sua engenharia costeira como provas de viabilidade, e exige o reconhecimento de sua soberania resiliente frente à inação legal das potências de cúpula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação sobre a trajetória diplomática das Ilhas Maldivas nas Conferências das Partes (COPs) entre 2010 e 2025, torna-se evidente que a sobrevivência de um Estado sob a iminência do apagamento geográfico não se resolve unicamente nas planilhas da ciência do clima ou nas súmulas do direito internacional. A resposta à pergunta central deste trabalho demonstra que o arquipélago logrou agência global ao operar uma política de afetos. A hipótese inicial confirmou-se: *os discursos maldivos operaram uma diplomacia ao converter a vulnerabilidade física em um capital moral e estratégico, transmutando dados decimais de aquecimento em imperativos éticos e vereditos existenciais de vida ou morte*. Sob a perspectiva analítica da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2012), a investigação revelou que as escolhas linguísticas e as performances das lideranças maldivas constituem uma prática social deliberada que tensiona as macroestruturas de poder mundial. Através do método tridimensional – que descreve o texto das intervenções oficiais, interpreta a circulação desses fluxos nas COPs e explica os impactos sociais de tais narrativas, demonstrou-se como o Estado-arquipélago se apropria de sua fragilidade física para obter reconhecimento no SI. O discurso deixa de ser um mero reflexo ornamental da crise ecológica e ascende à condição de recurso estratégico essencial para compensar a assimetria material de poder.

No plano micro (interno), os resultados revelam que o Estado das Maldivas funciona como um tecido vivo onde o trauma ecológico bruto deixa de ser uma dor atomizada e passa a constituir a própria ontologia política da nação. O avanço do oceano sobre os “quintais litorâneos” e a contaminação salina das lentes de água doce subterrâneas representam, primeiramente, o afeto em seu estado puro - uma força somática, corpórea e pré-reflexiva de desamparo frente à inabitabilidade iminente. A pesquisa demonstrou de que forma o discurso estatal atua como o catalisador que captura esse afeto bruto, traduzindo-o em emoções politicamente inteligentes, tais como o medo existencial e o luto antecipado. Amparado na premissa de Koschut et al. (2017), o discurso não apenas descreve a crise, mas performa um poder produtivo emocional que unifica a população. Esse alinhamento coletivo rompe com o isolamento biológico individual e ganha a estatura de uma emoção corporativa, validando a tese de Mercer (2017) sobre o fenômeno do “sentir-se como um Estado”. Há uma sintonia psíquica e cultural que

conecta o pescador do atol vulnerável ao diplomata que ocupa o púlpito das Nações Unidas: o medo da extinção biológica e identitária é internalizado pelo corpo social como um vetor de coesão. Essa coesão psíquica e a homogeneização do sentimento do grupo (MERCER, 2014) revelam a importância de se integrar os níveis macro e micro nas RI. As ansiedades corporais vivenciadas no cotidiano das Maldivas face à perda física de terras (ÅHÄLL, 2019) são processadas pelas instituições governamentais e devolvidas ao tecido social sob a forma de certezas narrativas. O alinhamento mútuo entre os tomadores de decisão e as demandas civis da base populacional funciona como o principal motor de resistência interna, conferindo ao aparato estatal a legitimidade indispensável para agir com altivez e centralidade nas arenas diplomáticas multilaterais.

Ao edificar quebra-mares artificiais e planejar a engenharia de ilhas como Hulhumalé, o Estado maldivo ofereceu mais do que defesas físicas: proveu geradores de previsibilidade psíquica, anteparos psicológicos indispensáveis para preservar a comunidade insular e sua herança islâmica, assegurando que o sentimento de pertença sobreviva sem a necessidade do exílio alienante. No plano macro (externo), é revelado um choque incontornável entre a urgência física do clima e a rigidez institucional no SI. As projeções científicas do IPCC (2019) e os relatórios da UNDP (2021) delineiam uma realidade externa inexorável: o esgotamento material de um território situado a menos de dois metros acima do nível do mar. As Maldivas valeram-se dos afetos circulantes como um recurso de coerção branda contra as assimetrias do poder material. A análise diacrônica evidenciou que a inserção externa do trauma maldivo obedeceu a uma modelagem estratégica de roteiros emocionais (*emotional scripts*), perfeitamente mapeada através das variáveis de McAvene e Kowert (2024). No entanto, a trajetória analisada revela que essa projeção de poder imaterial encontra limites severos nas barreiras burocráticas e regulatórias do regime climático global. Os achados documentam como as demandas apresentadas pelas Maldivas e pela AOSIS por financiamentos compulsórios de perdas e danos colidem com a resistência das grandes potências.

Na primeira metade da linha do tempo (2010–2015), a realidade externa do clima foi projetada sob uma valência radicalmente negativa e um baixo controle percebido. Foi o apogeu da política de piedade de Hutchison (2014) e da mestria iconográfica de Bleiker (2019), em que o “espetáculo da vulnerabilidade” funcionou como uma tática visual fulminante para capturar o julgamento ético do espectador ocidental e forçar a fixação de 1,5°C no Acordo de Paris. Contudo, os achados documentam o esgotamento dessa

retórica a partir de 2016. Diante da lentidão sistêmica de Katowice e Sharm El-Sheikh, o governo maldivo percebeu que a superexposição da condição de vítima perene corria o risco de normalizar a tragédia e solapar a percepção de sua capacidade soberana. A resposta externa das Maldivas nos anos finais do recorte (até 2025, culminando nas COPs de Dubai e Belém) foi a elevação do nível de controle percebido. A infraestrutura de engenharia e as maquetes tridimensionais de sua expansão costeira foram apresentadas aos fundos internacionais do clima não apenas como obras civis, mas como provas materiais da vontade de existir da nação.

Essa transição discursiva estratégica em direção ao “alto controle” reflete uma maturidade política do Estado-arquipélago no tratamento de sua economia afetiva. Ao sublimar o trauma e politizar sua capacidade infraestrutural a partir de meados de 2023, as Maldivas operam uma virada paradigmática em que a resiliência deixa de figurar como um apelo e passa a ser pautada como prova de viabilidade e soberania técnica. A engenharia e a ciência da adaptação são mobilizadas para constranger as instâncias multilaterais, forçando o SI a encarar o país como um investimento seguro e viável para o futuro, subvertendo a lógica de “causa perdida”. A dupla dinâmica examinada ao longo deste estudo demonstra, em última análise, que as emoções e os afetos possuem uma ontologia pública e empiricamente verificável, funcionando como variáveis explicativas indispensáveis para decodificar o comportamento dos Estados no Antropoceno. Longe de serem impulsos privados irracionais, os roteiros emocionais e a busca por segurança ontológica redesenham as fronteiras do pensamento geopolítico tradicional. Ao amparar-se na gestão estratégica de suas afeições internas e performances externas, as Maldivas oferecem um novo modelo de agência para os atores materialmente vulneráveis, provando que a sobrevivência de um povo depende diretamente de sua capacidade de controlar as narrativas políticas que legitimam a sua existência histórica.

Este trabalho oferece uma contribuição epistemológica ao preencher o hiato racionalista que domina o *mainstream* das RI. Ao demonstrar que as emoções possuem uma ontologia pública e empiricamente verificável através de redes discursivas, a pesquisa liberta o afeto do privado e o eleva a uma variável explicativa de nível macro para compreender a agência dos Estados insulares periféricos. Ao desvincular progressivamente a continuidade de sua narrativa histórica da imutabilidade de sua geografia física original, as Ilhas Maldivas encerram o horizonte de 2025 estabelecendo um precedente paradigmático para a teoria do Estado moderno no século XXI. A

transmutação de sua identidade de “Estado-Vítima” para “Estado-Inovador” prova que a soberania resiliente não se encerra nas muralhas costeiras, mas reside na capacidade de gerir os roteiros emocionais que legitimam o direito de um povo de habitar o futuro.

REFERÊNCIAS

- AGGESTAM, Karin; JONSDOTTIR, Kristin. *As a Matter of Feeling: Emotions and the Choice of Mediator Tactics in International Mediation*. International Negotiation, v. 13, n. 1, p. 91-112, 2008. Disponível em: <https://sci-hub.box/10.1163/187119008x266155>.
- AHMED, Sara. *The Cultural Politics of Emotion*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014.
- ÅHÄLL, Linda. *Emotions and the everyday: Ambivalence, power and resistance*. Journal of International Political Theory, v. 15, n. 1, p. 11-25, 2019. Disponível em: <https://sci-hub.box/10.1177/1755088219829858>.
- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. São Paulo: Ática, 1988.
- ARNALL, A.; KOTHARI, U. *Challenging climate change and migration discourse: Different understandings of timescale and temporality in the Maldives*. Global Environmental Change, v. 31, p. 199-206, mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2015.01.011>.
- BARNETT, Jon; ADGER, W. Neil. *Climate Dangers and Atoll Countries*. Climatic Change, v. 61, n. 3, p. 321-337, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/227215242_Climate_Dangers_and_Atoll_Countries
- BERLEMANN, M.; STEINHARDT, M. F. *Climate Change, Natural Disasters, and Migration: a Survey of the Empirical Evidence*. CESifo Economic Studies, v. 63, n. 4, p. 353-385, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1093/cesifo/ix019>.
- BLEIKER, Roland. *Visualisation and knowledge production in international relations: The role of emotions and identity*. Journal of International Political Theory, v. 15, n. 1, p. 26-44, 2019. Disponível em: <https://sci-hub.box/10.1177/1755088219830117>.
- BOLTANSKI, Luc. *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BROSCH, Tobias. *Affect and emotions as drivers of climate change perception and action: a review*. Current Opinion in Behavioral Sciences, v. 42, p. 15-21, dez. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2352154621000206>.

CALDERÓN, C. *Introduciendo la Geopolítica de las emociones*. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370280451_Introduciendo_la_geopolitica_de_las_emociones.

CRAWFORD, Neta C. *Emotion and Public Diplomacy: Dispositions in International Communications, Dialogue, and Persuasion*. International Studies Review, v. 16, n. 4, p. 568-574, 2014. Disponível em: <https://sci-hub.box/10.1111/misr.12156>.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

EBERLE, Jakub. *Narrative, desire, ontological security, transgression: fantasy as a factor in international politics*. Journal of International Relations and Development, v. 20, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica**. Tradução de Iran Ferreira de Melo. Linha d'Água, São Paulo, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

GERRING, John. *What Is a Case Study and What Is It Good for?*. The American Political Science Review, v. 98, n. 2, p. 341-354, 2004.

GREGERSEN, T. et al. *A new hope or phantom menace? Exploring climate emotions and public support for climate interventions across 30 countries*. Risk Analysis, v. 44, 2024. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/risa.17713>.

HERMANN, Margaret G. *Cultural Factors and Values as Influences on International Decision Making*. IFAC Proceedings Volumes, v. 16, n. 1, p. 1-11, 1983. Disponível em: [https://sci-hub.box/10.1016/s1474-6670\(17\)61507-6](https://sci-hub.box/10.1016/s1474-6670(17)61507-6).

HOOK, Derek. *What Is "Enjoyment as a Political Factor"?*. Political Psychology, v. 38, n. 4, 2017.

HUTCHISON, Emma. *A Global Politics of Pity? Disaster Imagery and the Emotional Construction of Solidarity after the 2004 Asian Tsunami*. International Political

Sociology, v. 8, n. 1, p. 1–19, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/6532054/A_Global_Politics_of_Pity_Disaster_Imagery_and_the_Emotional_Construction_of_Solidarity_after_the_2004_Asian_Tsunami.

HUTCHISON, Emma. *Emotions, Bodies, and the Un/Making of International Relations*. Millennium: Journal of International Studies, v. 47, n. 2, p. 284–298, 2019. Disponível em: <https://sci-hub.box/10.1177/0305829818811243>.

HUTCHISON, E

mma; BLEIKER, Roland. *Emotional Reconciliation: Reconstituting Identity and Community After Trauma*. European Journal of Social Theory, v. 11, n. 3, p. 385–403, 2008. Disponível em: <https://sci-hub.box/10.1177/1368431008092569>.

HUTCHISON, Emma; BLEIKER, Roland. *Theorizing emotions in world politics*. International Theory, v. 6, n. 3, p. 491–514, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282981315_Theorizing_Emotions_in_World_Politics.

HUTCHISON, Emma; BLEIKER, Roland; CAMPBELL, David. *Imaging Catastrophe: The Politics of Representing Humanitarian Crises*. [S. l.: s. n., s. d.]. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/33301286/Hutchison-Bleiker-Campbell-Imaging_Catastrophe-libre.pdf.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate*. [S. l.]: IPCC, 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srocc/>.

INTRODUCTION: *Interrogating the 'everyday' politics of emotions in international relations*. Journal of International Political Theory, v. 15, n. 1, p. 2–10, 2019. Disponível em: <https://sci-hub.box/10.1177/1755088219830428>.

KARTHIKHEYAN, T. C. *Environmental Challenges for Maldives*. [S. l.: s. n.], 2010.

KELMAN, Ilan. *Difficult decisions: Migration from Small Island Developing States under climate change*. Earth's Future, v. 3, n. 4, p. 133–142, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/2014EF000278>.

KELMAN, Ilan. et al. Here and now: *perceptions of Indian Ocean islanders on the climate change and migration nexus*. Geografiska Annaler: Series B, Human Geography, v. 99, n. 2, p. 85-103, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1080/04353684.2017.1353888>.

KELMAN, Ilan. et al. *Does climate change influence people's migration decisions in Maldives?* Climatic Change, v. 153, n. 1-2, p. 285-299, mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10584-019-02376-y>.

KOSCHUT, Simon et al. *Discourse and emotions in international relations*. International Studies Review, v. 19, n. 3, p. 481-508, 2017. Disponível em: <https://scihub.box/10.1093/isr/viw039>.

KOTHARI, Uma. *Political discourses of climate change and migration: resettlement policies in the Maldives*. The Geographical Journal, v. 180, n. 2, p. 130-140, mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/geoj.12032>.

LUETZ, Johannes. *Climate Change and Migration in the Maldives: Some Lessons for Policy Makers*. Cham: Springer International Publishing, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313409711_Climate_Change_and_Migration_in_the_Maldives_Some_Lessons_for_Policy_Makers.

MALDIVAS. *High-Level Segment Statement*: Maldives. Cancún: UNFCCC, 2010. Disponível em: https://archive.unfccc.int/uploads/r/unfccc-archives/c/6/a/c6abe22a52a54b61d038c3cbf4f8a11d7e5487102ec43a9ef87dbf32084acf59/COP16_High_Level_Segment_Statement_Maldives_20101208.PDF.

MALDIVAS. *High-Level Segment Statement*: Maldives. Durban: UNFCCC, 2011. Disponível em: https://archive.unfccc.int/uploads/r/unfccc-archives/2/a/2/2a25bc812599e5b0babe87fa58b883d12c2797005545b9c608add7c81c8b6c59/COP17_High_Level_Segment_Statement_Maldives_20111207.PDF.

MALDIVAS. *High-Level Segment Statement*: AOSIS (Maldives). Paris: UNFCCC, 2015. Disponível em: https://archive.unfccc.int/uploads/r/unfccc-archives/a/d/6/ad6ffea5ce50672175befde8815cd5f4eb04de5f7435f4f89c516c39e7a68f3b/COP21_High_Level_Segment_Statement_AOSIS_Maldives_20151207.PDF.

MALDIVAS. *High-Level Segment Statement*: AOSIS (Maldives). Marrakech: UNFCCC, 2016. Disponível em: <https://archive.unfccc.int/uploads/r/unfccc->

[archives/3/f/2/3f2f73ac0cd348cd37678b7888c62a952c7d47cde5da805a718697c495ca76a4/COP22_High_Level_Segment_Statement_AOSIS_Maldives_20161116.PDF](https://archive.unfccc.int/uploads/r/unfccc-archives/3/f/2/3f2f73ac0cd348cd37678b7888c62a952c7d47cde5da805a718697c495ca76a4/COP22_High_Level_Segment_Statement_AOSIS_Maldives_20161116.PDF).

MALDIVAS. *High-Level Segment Statement*: Maldives. Madri: UNFCCC, 2019. Disponível em: https://archive.unfccc.int/uploads/r/unfccc-archives/b/d/a/bdafd482439daf1213d37914b67a0df4760cfbfcfd6a1d6162ec41867bc3ec51/COP25_High_Level_Segment_Statement_Maldives_20191210.PDF.

MALDIVAS. *High-Level Segment Statement*: Maldives. Dubai: UNFCCC, 2023. Disponível em: https://archive.unfccc.int/uploads/r/unfccc-archives/c/0/c/c0c85f687908bc3c35aac359566b6880db1e8ea0047db8bccf2ee973c14c8e23/COP28_High_Level_Segment_Statement_Maldives_20231201.PDF.

MALDIVAS. *High-Level Segment Statement*: Maldives. Belém: UNFCCC, 2025. Disponível em: https://archive.unfccc.int/uploads/r/unfccc-archives/3/2/4/3242e25cbd878c3cf7078273816b8a4e7d836672ce19a613c0d75275732d38d2/COP30_High_Level_Segment_Statement_Maldives_20251118.pdf.

MALDIVES. Ministry of Environment, Energy and Water. *National Adaptation Programme of Action (NAPA)*. Male: Ministry of Environment, Energy and Water, 2006. Disponível em: <https://unfccc.int/resource/docs/napa/mdv01.pdf>.

MALDIVES. *Ministry of Environment. Climate Change Adaptation Measures Survey*. Male: Ministry of Environment, 2021. Disponível em: <https://www.environment.gov.mv/v2/wp-content/files/publications/20211201-pub-climate-change-adaptation-measures-survey.pdf>.

MALDIVAS. *Statement by the Republic of Maldives at the High-Level Segment of COP 18/CMP 8*. Doha: UNFCCC, 2012. Disponível em: <https://unfccc.int/documents>.

MALDIVAS. *Statement by the Republic of Maldives at the High-Level Segment of COP 19/CMP 9*. Warsaw: UNFCCC, 2013. Disponível em: <https://unfccc.int/documents>.

MALDIVAS. *Statement by the Republic of Maldives at the High-Level Segment of COP 20/CMP 10*. Lima: UNFCCC, 2014. Disponível em: <https://unfccc.int/documents>.

MALDIVAS. *Statement by the Republic of Maldives on behalf of AOSIS at the High-Level Segment of COP 23*. Bonn: UNFCCC, 2017. Disponível em: <https://unfccc.int/documents>.

MALDIVES. *Statement by the Republic of Maldives at the High-Level Segment of COP 24*. Katowice: UNFCCC, 2018. Disponível em: <https://unfccc.int/documents>.

MALDIVES. *Remarks by His Excellency Ibrahim Mohamed Solih, President of the Republic of Maldives at COP 26*. Glasgow: UNFCCC, 2021. Disponível em: <https://unfccc.int/documents>.

MALDIVES. *Statement by the Republic of Maldives at the High-Level Segment of COP 27*. Sharm El-Sheikh: UNFCCC, 2022. Disponível em: <https://unfccc.int/documents>.

MALDIVES. *Statement by His Excellency Dr. Mohamed Muizzu, President of the Republic of Maldives, at COP 29*. Baku: UNFCCC, 2024. Disponível em: <https://unfccc.int/documents>.

MASSUMI, Brian. *Parables for the Virtual: Movement, Affect, Sensation*. Durham: Duke University Press, 2002.

MERCER, Jonathan. *Feeling like a state: social emotion and identity*. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: https://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPDreadings%202017/IPD%202017_5/feeling_like_a_state_social_emotion_and_identity.pdf.

MERCER, Jonathan. *Theorizing States' Emotions*. *International Theory*, v. 6, n. 3, p. 515-535, 2014. Disponível em: <https://sci-hub.box/10.1111/j.1468-2486.2011.01049.x>.

PIN-FAT, Véronique. 'What's love got to do with it?' Ethics, emotions, and encounter in International Relations. *Review of International Studies*, v. 45, n. 1, p. 132-151, 2018. Disponível em: <https://sci-hub.box/10.1017/s0260210518000426>.

ROSS, Andrew A. G. *Mixed Emotions: Beyond Fear and Hatred in International Conflict*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

ROSS, Andrew A. G. *Emotion and Experience in International Relations*. In: VAN RYTHOVEN, E.; SUCHAROV, M. (eds.). *Parsing the Passions: Methodology and the Study of Emotion in World Politics*. New York: Routledge, 2019.

SCHIMITT, T.; GONÇALVES, V. *A migração ambiental no regime internacional de mudança climática sob a perspectiva da AOSIS*. *Conversas e Controvérsias*, v. 6, n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/203697/001105599.pdf>.

SOARES, Bruna Bandeira. *Entre nós e eles: explorando processos de falha e permanência da nação*. Perspectivas Sociais, Pelotas, v. 8, n. 2, p. 218-234, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/percsoc/article/view/22579/14832>.

SPEELMAN, L. H.; NICHOLLS, R. J.; DYKE, J. *Contemporary migration intentions in the Maldives: the role of environmental and other factors*. Sustainability Science, v. 12, n. 3, p. 433-451, maio 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11625-016-0410-4>.

STOJANOV, R. et al. *Local perceptions of climate change impacts and migration patterns in Malé, Maldives*. The Geographical Journal, v. 182, n. 4, p. 370-385, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1111/geoj.12177>.

TUCÍDIDES. *History of the Peloponnesian War*. New York: Penguin, 1990.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). *Coastal Adaptation Measures Survey Report. Maldives*: UNDP, [s. d.]. Disponível em: <https://files.acquia.undp.org/public/migration/mv/Coastal-Adaptation-Measures-Survey-Report-V3---low-res.pdf>.

VINCE, G. *Paradise lost?*. New Scientist, v. 202, n. 2707, p. 38-41, maio 2009. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0262-4079\(09\)61234-8](https://doi.org/10.1016/S0262-4079(09)61234-8).

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WENDT, Alexander. *The State as a Person in International Theory*. Review of International Studies, v. 30, n. 2, p. 289–316, 2004.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I

APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

A estudante LARISSA JUNKER CUNHA do Curso de Relações Internacionais matrícula 2022.1.0043.0016-0 telefone: (62) 99987-4296 e-mail larissajunker@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **AFETOS E EMOÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS PERCEPÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA DA POPULAÇÃO MALDIVA (2010 – 2025)**, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 16 de junho de 2026.

Assinatura da autora:

Nome completo da autora: Larissa Junker Cunha

Assinatura do professor orientador:

Nome completo do professor orientador: Wilton Dias Barbosa